

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA  
Faculdade de Arquitectura

## **O Construir no Construído na Cidade de Odivelas**

A influência do espaço arquitetónico nas relações sociais no  
Bairro da Arroja Velha

**Tânia Isabel de Almeida Paulo**  
(Licenciado)

Dissertação/Projeto para a obtenção do grau de mestre em

**Arquitetura**

**Orientador Científico**

Professor Doutor Pedro Dias Pimenta Rodrigues

**Co-Orientador Científico**

Professora Doutora Maria Manuela Ferreira Mendes

**Júri:**

Presidente: Doutor António Leite

Vogais:

Doutor Pedro Dias Pimenta Rodrigues

Doutora Maria Manuela Ferreira Mendes

Doutora Margarida Louro

Lisboa, FAUTL, Julho de 2013

## Resumo

A presente dissertação tem como principal objetivo aprofundar o conhecimento do fenómeno da construção clandestina, sobre as denominadas Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), através do estudo de uma realidade concreta, o Bairro da Arroja Velha, situado no concelho de Odivelas. Pretende-se elaborar uma proposta de intervenção urbana e arquitetónica eficaz e adequada ao quadro de vida que caracteriza este bairro, capaz de conciliar objetivos, tais como a promoção da coesão social, o fomento das sociabilidades e a criação de um espírito de bairro.

Pretende-se ainda discutir a responsabilidade social que a arquitetura deve assumir e, neste sentido, compreendê-la, através da análise de uma situação particular e reflexão sobre a mesma. Assim sendo, e focalizando a nossa atenção no espaço público e suas vivências, pretendeu-se perceber de que modo se traduz a relação entre sociedade (e cultura) e o espaço construído no Bairro da Arroja Velha.

A partir do diagnóstico feito a este bairro, foi possível concluir que, por integrar o universo dos espaços gerados através de fenómenos de loteamento e construção ilegais, este evidencia uma grande carência de espaço público qualificado e encontra-se profundamente desarticulado face à envolvente urbana. De forma a inverter esta situação, estudou-se a possibilidade de implementar um equipamento de utilização coletiva, concretamente, um centro comunitário, e procurou-se perceber qual seria a sua receptividade por parte dos residentes, através da realização de inquéritos por questionário, a uma amostra (não probabilística e intencional) da população deste bairro.

Na sequência da análise dos resultados, que revelaram um elevado interesse na inserção de um centro comunitário neste bairro, propôs-se ainda que a intervenção se estenda a outras áreas. Deste modo, a proposta envolve a inclusão de hortas em contexto urbano, bem como o incentivo às atividades artesanais e à promoção dos serviços de proximidade por parte da população residente, partindo-se do suposto que estas atividades podem contribuir para o reforço da coesão social e para a criação de uma microeconomia capaz de revitalizar, a partir também da intervenção em pequena escala, o Bairro da Arroja Velha.

**Palavras-Chave:** Espaço Público; Identidade; Área Urbana de Génese Ilegal; Centro Comunitário; Bairro da Arroja Velha

## Abstract

The present project's Final Report addresses the problematic of illegal housing by means of a study case, the Neighbourhood of Arroja Velha, located in Odivelas.

In this investigation the study of illegal housing was carried out leading to the development of an urban and architectural intervention that promotes social cohesion, sociabilities and a neighbourly spirit.

It's also relevant to consider and understand the social responsibility that architecture must have in this particular case. To this end, it is necessary to thoroughly analyse this case study in Odivelas and also to reflect on the theme of public space and on the social relations it can encourage. With this in mind, we will try to understand if there is a connection between culture and architecture in the Neighbourhood of Arroja Velha.

The Neighbourhood of Arroja Velha integrates the universe of illegal housing and therefore has a lack of qualified public space and is deeply disarticulated from its surrounding urban environment. In order to invert this situation, we propose the introduction of a Community Centre in the neighbourhood. To this end, a survey was carried out aiming to assess the acceptance, by the neighbourhood residents, of this proposed public space.

After analysing the results of the survey, in which the population revealed interest on the Arroja Community Centre, the inclusion of urban gardens is also proposed, along with the promotion of local handicraft production as well as the introduction of small proximity services provided by the residents themselves. These strategies are expected to have a positive impact in terms of social cohesion and of small-scale economy, revitalizing the Neighbourhood of Arroja Velha from an inside perspective.

**Key Words:** Public Space; Identity; Illegal Housing; Community Centre;  
Neighbourhood of Arroja Velha

## Índice Geral

<b>Resumo</b> .....	<b>I</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>II</b>
<b>Índice Geral</b> .....	<b>III</b>
<b>Índice de Figuras e Quadros</b> .....	<b>V</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>Metodologia</b> .....	<b>3</b>
<b>1. A Questão da Construção Clandestina</b> .....	<b>5</b>
1.1. Origem e Evolução da Construção Clandestina .....	6
1.2. Consequências da Construção Clandestina e Enquadramento legal das AUGIs .....	8
1.3. Motivações Conducentes à Proliferação da Construção Clandestina .....	9
1.4. O Espaço Público em Loteamentos de Génese Ilegal .....	10
<b>2. Espaço Público e Vivências</b> .....	<b>12</b>
2.1. Espaço Público e sua Influência nas Relações Sociais .....	12
2.2. Espaço Público Apropriado .....	15
2.3. O Papel dos Projetos Comunitários no Reforço das Relações Sociais .....	17
<b>3. O Fenómeno das Hortas Urbanas</b> .....	<b>25</b>
3.1. Origem e Desenvolvimento das Hortas Urbanas .....	25
3.2. As Potencialidades das Hortas Urbanas .....	27
3.3. A Horta do Monte, em Lisboa .....	28
<b>4. O Bairro da Arroja Velha</b> .....	<b>31</b>
4.1. Contextualização: Origem e Evolução .....	32
4.2. Análise da Informação Disponível: Dados Estatísticos Oficiais .....	34

<b>4.3. Quem são os Moradores?</b> .....	<b>38</b>
<b>4.4. O Bairro e as Sociabilidades</b> .....	<b>40</b>
<b>4.5. Equipamentos e Espaços de Utilização Pública: Análise da Situação Atual</b> .....	<b>46</b>
<b>4.6. O Papel dos Moradores na Revitalização do Bairro</b> .....	<b>48</b>
<b>5. Quadro Operativo e Filosofia Projetual</b> .....	<b>51</b>
<b>5.1. Considerações de Carácter Operativo</b> .....	<b>51</b>
<b>5.2. Filosofia Projetual</b> .....	<b>54</b>
<b>6. Conclusões</b> .....	<b>61</b>
<b>7. Referências Bibliográficas</b> .....	<b>64</b>

## **Anexos**

## Índice de Figuras e Quadros

### *Índice de Figuras*

Figura 01 | Museu Red Location - vista aérea do conjunto edificado | pp. 18

Figura 02 | Museu Red Location - vista do bairro | pp. 18

Figura 03 | Museu Red Location - vista este do museu | pp. 18

Figura 04 | Museu Red Location - caracterização do projeto | pp. 19

Figura 05 | Villa 31 Carlos Mujica - vista aérea do Bairro 31, Buenos Aires | pp. 20

Figura 06 | Villa 31 Carlos Mujica - envolvimento dos habitantes no projeto | pp. 20

Figura 07 | Horta do Monte - atividades na Horta do Monte | pp. 30

Figura 08 | Horta do Monte - atividades na Horta do Monte | pp. 30

Figura 09 | Horta do Monte - atividades na Horta do Monte | pp. 30

Figura 10 | Ortofotomapa com Identificação do Bairro da Arroja Velha e dos Limites das Áreas de Génese Ilegal na Arroja | pp. 31

Figura 11 | A Evolução das Construções no Bairro da Arroja Velha | pp. 34

Figura 12 | Delimitação da Área Analisada e Local de Intervenção | pp. 36

Figura 13 | O Centro Comunitário da Arroja e o Plano Urbano | pp. 56

Figura 14 | Centro Comunitário da Arroja - fluxos e acessos | pp. 58

Figura 15 | Centro Comunitário da Arroja - organização geral do equipamento | pp. 59

Figura 16 | Centro Comunitário da Arroja - relação público/privado | pp. 60

### *Índice de Quadros*

Quadro 01 | Acontecimentos marcantes no território de Odivelas, ao longo dos séculos | pp. 32

Quadro 02 | População, famílias, alojamentos e edifícios na freguesia de Odivelas, em 2011 | pp. 35

Quadro 03 | População, famílias, alojamentos e edifícios na zona de intervenção, em 2011 | pp. 37

Quadro 04 | Idade segundo o género | pp. 38

Quadro 05 | Condição perante o trabalho segundo o género | pp. 39

Quadro 06 | Habilitações escolares segundo o género | pp. 40

Quadro 07 | Tempo de residência no bairro | pp. 41

Quadro 08 | Situação habitacional atual | pp. 41

Quadro 09 | Local escolhido para passar tempos livres, segundo a idade dos residentes | pp. 43

Quadro 10 | Atividades praticadas pelos moradores segundo o género | pp. 45

Quadro 11 | Avaliação da Relação com os Vizinhos | pp. 45

Quadro 12 | Locais de convivência segundo o género | pp. 46

## Introdução

A presente dissertação tem como tema “o construir no construído na cidade de Odivelas” e como subtema “a influência do espaço arquitetónico nas relações sociais no Bairro da Arroja Velha”. Pretende-se investigar sobre a pertinência da introdução de um edifício de utilização coletiva - um centro comunitário na componente da proposta projetual, e procurar perceber qual será a adesão dos moradores e potenciais impactos nas relações sociais e no quotidiano dos residentes deste bairro, que se configura como uma Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), fazendo parte do universo dos fenómenos de loteamento e construção ilegais, que integram a nossa realidade urbana recente, designadamente a partir dos anos 30 e 40 (Santos, 2008).

Para uma intervenção urbana e arquitetónica eficaz e consciente, capaz de atingir objetivos como a promoção da coesão social, o fomento das sociabilidades ou a criação de um espírito de bairro, torna-se indispensável compreender as características, as necessidades e os modos de vida das pessoas que residem nas AUGI.

Esta dissertação tem, como objetivo geral, perceber como é que as relações sociais entre grupos profundamente heterogéneos de indivíduos podem ser influenciadas e potenciadas pela arquitetura, em particular pelo espaço arquitetónico, por via da introdução de um centro comunitário, que se propõe como elemento integrador e nuclear na proposta projetual para a zona. Pretende-se adotar uma lógica de bairro integrado, em que se potenciem as relações de vizinhança e onde cada residente (e utilizador) se identifique com o ambiente em que habita, apropriando-se quer do espaço da casa, quer dos espaços públicos, quer ainda do bairro na sua globalidade.

Interessa perceber de que forma a introdução de um equipamento de utilização pública no Bairro da Arroja Velha poderá contribuir para o reforço da coesão sócio-espacial e fomentar as sociabilidades entre residentes com diferentes referências socioculturais, sem esquecer a necessidade de se intervir na revitalização socioeconómica deste lugar.

Desta forma, delineou-se a seguinte pergunta de partida que funcionou como fio condutor durante toda a investigação: “de que modo a escassez de equipamentos e espaços públicos condiciona as sociabilidades entre os residentes do Bairro da Arroja Velha?”.

Como resposta provisória a esta questão, traçaram-se duas hipóteses: a escassez de equipamentos e de espaços públicos qualificados induz a restrição das sociabilidades públicas dos residentes, que tendem a isolar-se no seu espaço doméstico; a implementação de um novo



equipamento público, capaz de dar resposta às necessidades dos moradores, poderá gerar um maior nível de satisfação e de bem-estar, face ao espaço bairro.

Assim, a componente projetual assenta no pressuposto de que a introdução de um equipamento de utilização pública - o Centro Comunitário da Arroja, poderá funcionar como ponto de encontro entre os residentes do Bairro da Arroja Velha e áreas contíguas, oferecendo um espaço à comunidade onde as relações sociais e o sentido de bairro se poderão reforçar, servindo diferentes estratos sociais e etários, numa lógica intergeracional, que promova também o envelhecimento ativo.

Importa perceber se a combinação de uma estratégia de dinamização económica assente em 3 eixos: hortas urbanas, atividades artesanais e prestação de pequenos serviços de proximidade pelos residentes, apoiada neste equipamento de utilização pública, numa lógica de produção, divulgação, comercialização e troca de produtos e serviços, poderá contribuir decisivamente para a revitalização deste bairro, potenciando as relações sociais estabelecidas entre os residentes e o surgimento de um espírito de bairro.

Relativamente à metodologia de abordagem ao projeto/dissertação, e de forma a atingir os objetivos acima descritos, verificando as hipóteses traçadas, numa tentativa de responder à principal questão que mobiliza a investigação, adotou-se uma estratégia que assenta numa componente teórica e de investigação, cujos resultados são vertidos na componente mais prática, o projeto.

A presente dissertação organiza-se em cinco partes. Os três primeiros capítulos integram o Estado da Arte, em que é feita uma revisão bibliográfica e onde se procura apresentar, de uma forma integrada, o estado atual dos conhecimentos sobre alguns temas, incidindo a análise em torno da questão da construção clandestina, em que se enquadra o caso em estudo – o Bairro da Arroja Velha, de natureza ilegal e informal; do espaço público e suas vivências, com especial ênfase no impacto da introdução de um equipamento de utilização pública na vida da população residente, e das hortas urbanas de carácter comunitário. O quarto capítulo, suportado pelos resultados obtidos nos inquéritos por questionário feitos a uma amostra da população, incide sobre a caracterização do Bairro da Arroja Velha, desde a sua contextualização (origem, evolução e localização), a questões gerais de caracterização da população residente, bem como das sociabilidades e da aceitação face à introdução de um equipamento público - um centro comunitário, e de hortas urbanas comunitárias. Por último, no quinto capítulo sintetiza-se um conjunto de considerações que se aplicam ao nível do projeto e explicita-se a filosofia projetual.

## Metodologia

Apesar dos constrangimentos que condicionam o estudo de uma Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), entre os quais se evidencia a falta de informação oficial disponível quanto à sua génese e crescimento até à sua configuração atual, tentou-se colmatar esta limitação por via do cruzamento de fontes de informação de origem diversa e da recolha exaustiva da informação possível, com especial ênfase nos dados que suportam a caracterização sociodemográfica da população do Bairro da Arroja Velha.

De facto, aprofundou-se a análise deste bairro, elaborando um diagnóstico que proporcionou um conhecimento real da diversidade sociocultural existente, bem como do tipo de relações que se estabelecem entre os diferentes grupos de indivíduos e suas características principais. Tratou-se de uma fase exploratória, de trabalho de campo, caracterizada, não só pela observação direta dos espaços públicos do bairro, como por levantamentos fotográficos, entrevistas informais, inquéritos por questionário e consequente descrição e interpretação dos resultados, que se revelaram ferramentas fundamentais para a elaboração deste trabalho, quer na sua ligação à componente teórica, quer nas suas interações com a componente prática.

De uma forma mais específica, no que se refere à elaboração dos inquéritos por questionário, importa referir que os mesmos foram realizados a uma amostra não probabilística e intencional da população do Bairro da Arroja Velha (60 moradores) entre os meses de Julho e Setembro de 2012. A seleção dos inquiridos teve em conta alguns critérios, em que se apostou na inquirição de residentes com um perfil social diversificado: número equilibrado entre homens e mulheres, diferentes faixas etárias e origens geográficas e nacionais (imigrantes *versus* nacionais). Acresce que os locais de abordagem e de inquirição foram diversificados, desde a rua, às associações de moradores, aos cafés e às casas dos moradores, porta a porta. Procurou-se ainda efetuar os inquéritos em diferentes dias da semana (dias úteis e fins de semana) e a diferentes horas do dia (manhã, tarde e noite). O modelo do inquérito, que pode ser consultado em anexo, integra quatro partes: a primeira parte centra-se na caracterização social e demográfica do inquirido; a segunda parte é composta por questões relacionadas com o Bairro da Arroja Velha; a terceira parte aborda o tema das sociabilidades e o quarto bloco integra questões relacionadas com os resultados expectáveis da implementação de um equipamento público e de outras intervenções qualificadoras do território.

Paralelamente, efetuou-se uma pesquisa bibliográfica, focalizada em teses, livros e artigos patentes em revistas científicas, nas áreas do urbanismo, da arquitetura e das ciências sociais, com o

intuito de estabelecer articulações entre os contributos de todas e cada uma destas disciplinas e aprofundar o conhecimento das problemáticas a abordar. Neste sentido, a pesquisa incidu sobre questões tão diversas como a urbanização ilegal e as problemáticas associadas ao desenvolvimento de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI's); o espaço público como suporte de um sem número de atividades humanas, associado aos diferentes usos (social, cultural e geracional), bem como os ciclos temporais de utilização destes espaços (diário, semanal, anual ou outro) e ainda o fenómeno das “hortas urbanas”.

Aprofundou-se também o conhecimento de exemplos de espaços arquitetónicos, como o museu em memória do Apartheid, em Red Location ou a Villa 31 Carlos Mujica, e de organizações locais, como a Associação Cultural Moinho da Juventude, na Cova da Moura, o Grupo Comunitário da Alta de Lisboa ou o Banco do Tempo, que têm como característica comum, funcionar como elementos articuladores entre diversos grupos socioculturais, seguindo o método de exploração e síntese teórica e que constituem os estudos de caso utilizados para ilustrar situações que podem inspirar a solução a encontrar para o Bairro da Arroja Velha.

Aplicando os conhecimentos adquiridos, procedeu-se à elaboração do projeto para o Centro Comunitário da Arroja, que se desenvolveu de forma integrada e interativa face à investigação teórica, partindo da informação recolhida e tratada, sobre o Bairro da Arroja Velha e a população residente, tendo como eixos centrais na sua proposta e programa: a criação de hortas urbanas; o desenvolvimento de atividades artesanais e a prestação de pequenos serviços de proximidade pelos residentes. Através deste projeto, que integra uma estratégia de revitalização socioeconómica, pretende-se potenciar as relações sociais entre os residentes e o consequente surgimento de um espírito de bairro.

## Capítulo 1. A Questão da Construção Clandestina

A questão da construção clandestina reveste-se de elevada importância em Portugal, sobretudo na área Metropolitana de Lisboa (AML), na medida em que “os fenómenos do loteamento e construção ilegais, fizeram parte da nossa realidade urbana recente. Podemos encontrá-los nas nossas maiores cidades e orlas litorais, os quais formam vastas manchas urbanas” (Santos, 2008: 4).

Convém, contudo, esclarecer, segundo Manuel Costa Lobo (1989), em “O loteamento clandestino e a forma de o encarar numa prática correta de planeamento urbanístico”, que os conceitos de construção e loteamento clandestinos não são sinónimos de construção e loteamento ilegais. De facto, a questão da clandestinidade refere-se às situações em que a lei é desprezada, ainda que exista um mercado legal. Através de intermediários que atuam à margem dos órgãos municipais e centrais competentes, surge esta atividade que, segundo o autor, é “marginalizada e marginalizante” e “mais ou menos especulativa”. Os loteamentos clandestinos são, pois, por serem feitos à margem da lei, necessariamente ilegais. Porém, o autor salienta que nem todos os processos ilegais são clandestinos, chamando a atenção para os casos em que os processos são viciados ou que existam aprovações camarárias ilegais, que impliquem abuso de poder ou inconformidade com regras gerais.

O Bairro da Arroja inscreve-se nos processos de loteamento clandestinos, que se desenvolveram a um ritmo particularmente acelerado, durante a década de 70 e primeira metade da década de 80 do século passado, na Área Metropolitana de Lisboa.

Neste sentido, este capítulo pretende, por um lado, explorar a questão da construção clandestina, a sua origem e evolução, as motivações conducentes à sua proliferação e respetivas consequências. Por outro, interessa também proceder ao enquadramento legal das agora designadas Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI's), categoria em que se insere o Bairro da Arroja. Por fim, tratar-se-á a questão do espaço público em loteamentos de génese ilegal, sendo que a componente projetual deste trabalho propõe a implementação de um Centro Comunitário na Arroja, com o intuito de proporcionar à “comunidade”, um espaço edificado capaz de potenciar e reforçar as relações sociais e o sentido de bairro, sem esquecer o seu contributo para a qualificação do espaço público.

## 1.1. Origem e Evolução da Construção Clandestina

Segundo António Fonseca Ferreira e colegas (1985), em “Perfil Social e Estratégias dos “clandestinos”: estudo sociológico da habitação clandestina na Área Metropolitana de Lisboa”, durante a década de 60, a região de Lisboa sofreu um processo de industrialização significativo, que, associado às fracas condições de vida no interior deu origem a um êxodo da população rural em direção à Área Metropolitana de Lisboa.

Neste contexto, “as pressões sobre a procura habitacional (nesta região) traduzem-se no desenvolvimento de uma forte especulação a nível do mercado de terrenos e da promoção imobiliária. O sector da construção habitacional é dominado pela lógica e interesses dos promotores imobiliários”, o que resulta numa enorme dificuldade de acesso ao alojamento produzido pelo sector legal, escasso e de elevado custo, por parte das populações que acorrem à AML. Desta forma, criaram-se “as condições para o desenvolvimento do mercado ilegal de solo e da construção não-licenciada” (Ferreira et al., 1985: 105-108).

Ana Santos (2008) retoma e reforça esta ideia, ao apontar a escassez e elevado custo da promoção legal, a rigidez e centralização do processo de planeamento e licenciamento urbanísticos, bem como a inadequação das tipologias da promoção legal aos hábitos e necessidades da população, enquanto fatores determinantes na proliferação da construção clandestina. De facto, o poder económico da maioria da população era insuficiente para o custo das habitações. Para tal, muito contribuiu a proliferação da procura de emprego nas cidades, que ocorre simultaneamente ao período de abandono das explorações agrícolas e de decadência das estruturas produtivas ligadas a este sector (Santos, 2008: 15-16).

No que se refere ao processo de urbanização clandestina na região de Lisboa, António Fonseca Ferreira et al. (1985) assinalam três períodos distintos, em que os poderes administrativos se deparam com o dilema entre a repressão e a permissividade face a este tipo de construção que, embora ilegal, constituía uma forma de fixação de mão de obra necessária às indústrias emergentes, assegurando baixos preços de produção.

Num primeiro período, até 1969/70, em que os loteamentos clandestinos se apresentam ainda relativamente circunscritos e o número de construções é pouco significativo, verifica-se uma “repressão relativamente permissiva, através da GNR, por vezes subornável”. A construção destas habitações, de carácter precário, ocorria da noite para o dia, sendo de imediato habitadas de forma a dificultar possíveis demolições.

Entre 1970 e 1974, período em que se acentua a necessidade de reforço da força de trabalho, começa a generalizar-se a designada “construção à multa”, que funcionava enquanto forma da administração demonstrar algum tipo de atuação, ao mesmo tempo que ia permitindo o desenvolvimento das construções. De facto, este é um período em que se expandem os loteamentos clandestinos, “aumentado a permissividade da administração e a generalização da cumplicidade/suborno das entidades municipais” (Ferreira et al., 1985: 106).

É, porém, após o 25 de Abril de 1974, que se dá a generalização da permissividade, motivada pela carência de alojamento, num período em que ocorre uma “quebra de autoridade”, associada à liberalização política. Paralelamente, os rendimentos da população aumentam, o que permite impulsionar a construção. Desta forma, este é um período em que se dá a consolidação de muitos bairros, que se transformam e se expandem, ao mesmo tempo que é alargado o acesso a alguns serviços e comodidades básicas, como o abastecimento de água e eletricidade. Graças ao caráter quase simbólico das coimas aplicáveis, generaliza-se a ineficácia da fiscalização, de tal forma que “a construção passou a fazer-se sem constrangimentos, à luz do dia, nas “barbas” de fiscais e entidades municipais”. Os autores salientam ainda que, a partir de 1975, os “clandestinos” começam a ganhar alguma confiança com a legalização de alguns bairros clandestinos e com o discurso de alguns políticos na época (Ferreira et al., 1985: 105-106).

Na mesma linha de pensamento se posiciona Teresa Barata Salgueiro (1977), ao pronunciar-se sobre a construção clandestina no pós 25 de Abril, evidenciando a combinação entre a falta de eficácia da fiscalização administrativa e um certo encorajamento a este tipo de construção, que tiveram como resultado uma diminuição dos riscos associados a esta prática e uma proliferação dos bairros clandestinos. De facto, “depois de erigidas e fixadas as primeiras casas, os mais tímidos acabam por ganhar coragem e constroem também as suas; outros virão e começa a generalizar-se uma situação de facto em que os proprietários sentem que cada vez menos a administração poderá intervir, perante o número daqueles que construíram e a área já coberta de edifícios” (Salgueiro, 1977: 40-41).

Porém, por volta da década de 80, percebendo a dimensão e consequências deste fenómeno, as autarquias recuam nos apoios que costumavam dar na realização de infraestruturas e começam a transferir para os moradores e proprietários, os custos inerentes às necessárias reconversões urbanísticas (Santos, 2008: 10).

## 1.2. Consequências da Construção Clandestina e Enquadramento Legal das AUGI

Ana Santos (2008) sustenta que a construção clandestina que, ao longo dos anos, constituiu uma das principais formas de expansão dos aglomerados urbanos em Portugal, tem consequências graves a diversos níveis, desde o urbanístico, ao social e económico, e condiciona fortemente a gestão autárquica.

De facto, em termos urbanísticos, o loteamento ilegal dá muitas vezes origem à destruição de solos e devastação de explorações agroflorestais, bem como à modificação de sistemas de drenagem, degradando ecossistemas sensíveis e aumentando o risco de ocorrência de desastres naturais.

Ao nível social, o fenómeno das “urbanizações clandestinas”, surgindo em solos não programados nem infraestruturados, de forma profundamente desordenada, dificulta a execução posterior de infraestruturas básicas bem como a instalação de equipamentos e serviços, sendo responsável pelas precárias condições de vida em que as populações residentes muitas vezes se encontram.

No que se refere à gestão autárquica, as questões relacionadas com a construção clandestina resultam numa série de complicações ao nível orçamental, político e de gestão. Apesar das constantes reivindicações das populações dos bairros existentes, no sentido da execução do saneamento, arrumamentos e instalação de equipamentos sociais, as autarquias não dispõem de orçamentos camarários suficientes para fazer face à reconversão destes bairros. As populações recusam-se, ainda, na maioria das vezes, a pagar os encargos que lhe competem no processo de reconversão urbanística pelo que, sob pena de se tornarem impopulares, os autarcas têm frequentemente relutância em avançar com as necessárias ações repressivas, que, sendo necessárias, são sistematicamente contestadas pelos loteadores e proprietários destas áreas de génese ilegal (Santos, 2008: 18-19).

O primeiro esforço legislativo que começou a travar este fenómeno veio com o Decreto-lei 400/84, que permitiu controlar a venda em «avos indivisos». Mas a dimensão do fenómeno nas áreas metropolitanas veio a justificar a publicação de legislação específica, através da Lei 91/95, comumente designada de Lei das AUGI's (Áreas Urbanas de Génese Ilegal). De acordo com o referido diploma, as AUGI's são “prédios ou conjuntos de prédios contíguos que, sem a competente licença de loteamento, quando legalmente exigida, tenham sido objecto de operações físicas de

parcelamento destinadas à construção até à data em vigor do Decreto-Lei no 400/84 de 31 de Dezembro e que, nos respectivos planos municipais de ordenamento do território (PMOT), estejam classificadas como espaço urbano ou urbanizável”.

Note-se que, de acordo com os números 1 e 2 do art. 3º deste diploma, a reconversão urbanística do solo e a legalização das construções integradas em AUGI's que devem conformar os respectivos prédios com o alvará de loteamento ou com o plano de pormenor (nos termos e prazos a estabelecer pela Câmara Municipal) é da responsabilidade dos proprietários ou coproprietários.

Para além disso, de acordo com o número 2 do art. 7º, a legalização das construções implica, por um lado, que se verifiquem as condições mínimas de habitabilidade (definidas na Portaria nº 243/84 de 17 de Abril), e, por outro, que se realize o pagamento dos encargos devidos pela reconversão, imputáveis ao respetivo lote.

### **1.3. Motivações Conducentes à Proliferação da Construção Clandestina**

Em 1985 António Fonseca Ferreira et al. afirmam que o desejo de deixar um património para os filhos e a procura de melhores condições, são as motivações de ordem familiar mais pertinentes para viver num bairro de origem ilegal. Mas existem também motivos de ordem habitacional que se traduzem em certos modelos de habitat que a construção clandestina tolera e que lhes apraz particularmente, como o facto de poderem ter uma casa maior, com quintal e horta para efetuar certas atividades que perpetuam as vivências do meio rural e que são suscetíveis de ajudar à subsistência da família, ou simplesmente pelo facto de ser uma moradia independente, onde não é necessário partilhar espaços comuns com os vizinhos e onde é possível viver com mais privacidade.

Teresa Costa Pinto (1998) evidencia a relevância das aspirações face à moradia unifamiliar enquanto modelo de habitat mais procurado na construção clandestina. Assim, a autora refere os modos de vida estruturados pelas origens rurais de grande parte dos residentes, bem como as fortes limitações de ascensão social por outros meios, enquanto principais motivações. A moradia unifamiliar permite ainda uma maior privacidade e independência face aos outros, factores muito valorizados pelos moradores das Augis. Para a autora, “desde a concepção à apropriação, a moradia é feita e “praticada” à medida do “eu” pessoal e familiar, protegendo e preservando este espaço da invasão ou perturbação exterior. A liberdade, a autonomia, o “estar à vontade” têm este sentido de marcação/construção de um espaço individualizado (...). A consciência de que este modo de habitar é socialmente restrito faz atribuir à moradia um carácter, se não “segregador”,



pelo menos distintivo, o que é interiorizado como indicador e factor de valorização e promoção social” (Pinto, 1998: 38).

Na linha de estudos anteriores (Ferreira et al, 1985), Ana Santos (2008) retoma e reforça esta ideia, ao afirmar que esta população valorizava a posse da terra e o acesso à habitação própria enquanto fundo de garantia para o futuro. Para a autora, entre os residentes é clara a preferência por grandes moradias, em que o contacto com a natureza é alcançado através da posse de um quintal, contudo, tal aspiração só poderia ser concretizada através da compra de um lote num bairro clandestino (Santos, 2008: 16).

#### **1.4. O Espaço Público em Loteamentos de Génese Ilegal**

De facto, como já foi referido no ponto 1.1 da presente dissertação, o êxodo rural em direção às cidades provocou uma elevada procura por residência própria por parte das populações recém-chegadas, que não tendo acesso ou resposta às suas necessidades no mercado legal de habitação, iniciam a construção clandestina de casas, em terrenos privados e loteados de forma ilegal.

Estes loteamentos, implementados de forma rápida e caracterizados por uma malha ortogonal, alheia e desarticulada face às características da envolvente, têm como prioridade o espaço privado, em detrimento do espaço público. Efetivamente, o espaço público é “entendido como área sobrando do parcelamento, de acesso às parcelas, sem articulação com a envolvente urbana, muitas vezes inexistente, com a qual pudesse estabelecer continuidades” (Jorge, 2011: 144-145).

Segundo a mesma autora, as construções em loteamentos clandestinos “exprimem os modelos, os desejos e o gosto de quem as produz ou habita” e, sendo que as populações que optam pela clandestinidade ambicionam apenas construir uma casa, sem ter em conta a cidade, a relação entre o individual (espaço privado) e o coletivo (espaço público) fica condicionada. Se, na habitação plurifamiliar, o espaço público é apenas marcado pelo uso comum entre vizinhos de espaços de acesso e circulação, na habitação unifamiliar, opção predominante em loteamentos clandestinos, o espaço público garante ainda uma maior privacidade e autonomia, estando fortemente condicionado pela presença de muros de vedação, “marca do domínio privado e demarcação da rua”. Nestas áreas, a arborização, o mobiliário urbano, e até mesmo os passeios, são inexistentes nas vias públicas (Jorge, 2011: 148-149).

Embora com a Lei nº 91/95, passe a estar prevista a cedência para o domínio público de áreas para espaços verdes e equipamentos, são diversos os entraves que dificultam a cedência efetiva. De

facto, é frequente: o desinteresse por parte dos proprietários na qualificação do espaço público, a inexistência de terrenos livres dentro dos limites da AUGI, a incapacidade financeira dos proprietários para adquirir terrenos para cedência ou a desconfiança dos proprietários face ao destino das áreas a ceder. Por outro lado, ainda que ocorra uma cedência efetiva para o domínio público, a qualificação do espaço público não é garantida. Muitas vezes os terrenos cedidos, que dependem das áreas livres no interior das AUGI's, podem também encontrar-se fora dos seus limites, e "mantendo-se expectantes, sem arranjos exteriores nem equipamentos, não contribuem no curto prazo para a qualificação do domínio público" (Jorge, 2011: 153-155).

Porém, sempre que a criação de espaços públicos, ou mesmo de pequenos equipamentos privados, é possível, no interior destes loteamentos de origem ilegal, estes constituem espaços que são verdadeiras referências no que se refere ao encontro e convívio entre residentes. Espaços como "um pequeno largo, uma escadaria, um café ou mercearia, umas hortas urbanas ou uma associação cultural ou recreativa" são vividos, e devem ser analisados, enquanto espaços já apropriados pelos moradores, em função da sua qualidade e das vivências que criam, quando existe a intenção de intervir e qualificar o espaço público de um loteamento clandestino (Jorge, 2011: 155-156).

No caso específico do Bairro da Arroja Velha, o espaço público apresenta-se profundamente desqualificado. A evidente prioridade do automóvel face à circulação pedonal reflete-se na falta de passeios públicos, bem como na carência de mobiliário urbano e de arborização. Esta é uma situação que se pretende inverter através da intervenção proposta, com a introdução de um centro comunitário e de um plano urbano que prevê a qualificação do espaço público, nomeadamente através de arranjos exteriores e da criação de espaços de largo e de praça, que possam ser apropriados e vividos pelos moradores.

## Capítulo 2. Espaço Público e Vivências

Este capítulo pretende explorar a temática do espaço público, concretamente a sua influência nas relações sociais e os modos de apropriação por parte dos habitantes. Abordar-se-á, ainda, o papel dos projetos de carácter comunitário no reforço da coesão e das identidades sócio espaciais, através da apresentação de estudos de caso, que se revelaram importantes para o desenvolvimento da componente projetual deste trabalho.

A teorização do conceito de espaço público é relativamente recente no domínio sociológico. Pela complexidade que lhe está associada, possui uma multiplicidade de sentidos, sendo que, ao banalizar-se a sua utilização, tornou-se ainda mais ambíguo o seu significado. De facto, “a abordagem a este conceito coloca-nos, desde logo, perante a opção da sua designação no plural ou no singular e se a expressão “espaço público” não traduziria uma melhor abordagem sociológica das questões mais atuais que se colocam a lugares com especificidades tão particulares e irredutíveis a outros espaços” (Castro, 2002: 53).

### 2.1. Espaço Público e sua Influência nas Relações Sociais

Para Alexandra Castro (2002: 56), no início do século XX, “o urbanismo operacional conduziu a um abandono do espaço público, pois predominava a lógica da integração económico-funcional”. Segundo a autora, esta foi uma época em que a forma urbana surgia a partir de uma ocupação do solo por funções e as operações urbanísticas negligenciavam o fluxo pedonal, privilegiando sempre o automóvel em relação ao peão, na estruturação dos espaços urbanos.

Sobre a questão do automóvel no desenho das cidades modernas, Henri Lefebvre (1968), em “La vie quotidienne dans le monde moderne”, já alertava para a supremacia do automóvel, afirmando que o espaço é concebido em função das suas necessidades, em detrimento da vida urbana. Na mesma linha de pensamento se encontravam Serge Chemayeff e Christopher Alexander (1970: 56-91), alertando para o impacto que este meio de transporte, enquanto comodidade privada, exerce sobre os espaços urbanos e sobre as pessoas, impedindo o desenvolvimento de

outros métodos e formas de deslocação, como a bicicleta ou a circulação pedonal, que melhor se adequam a diversos objectivos e escalas: “el automóvil impide inclusive caminar” (Chemayeff e Alexander, 1970: 88). Para estes autores, os sucessivos obstáculos que a circulação automóvel introduziu nas cidades, como por exemplo os desníveis resultantes de acessos a garagens privadas, impossibilitaram uma circulação pedonal agradável ou tranquila, o que teve efeitos em outras práticas; por exemplo, diminuiu significativamente a vontade dos habitantes de saírem de casa para um simples passeio ou de deixarem os seus filhos brincar nas ruas, atividades que, segundo Jan Gehl (1987), podem ser um ponto de partida para o desenvolvimento de relações sociais.

De facto, também Jan Gehl (1987) acredita que o automóvel foi ganhando cada vez mais importância no desenho das cidades, o que contribuiu para o gradual afastamento entre pessoas, eventos, funções, etc., com as inevitáveis consequências na fragmentação das relações sociais, o que se deve em grande medida ao não reconhecimento da importância da arquitetura na criação de condições para o desenvolvimento de atividades no exterior, em suma, no desenrolar da “vida entre os edifícios”.

O autor relembra as cidades medievais, cujo desenho não constituía um objectivo em si, sendo antes utilizado como ferramenta para servir as necessidades das populações. De facto, os espaços urbanos de carácter orgânico e traçado irregular, materializados de forma lenta e consistente em épocas muito anteriores à influência do automóvel na vida das cidades, continuam a oferecer até hoje condições ótimas para o desenvolvimento de atividades no exterior. Estes núcleos urbanos apresentam uma escala com a qual nos identificamos, bem como, uma qualidade espacial comprovada pelas múltiplas atividades que Gehl (1987) classifica como necessárias, opcionais e sociais, que nelas se continuam a desenrolar.

Para Gehl (1987) as atividades que ocorrem no exterior são influenciadas por diversos factores, sendo a envolvente física um dos mais significativos.

A este propósito, o autor distingue três tipos de atividades. Aponta as atividades *necessárias*, como sendo: ir para o trabalho, frequentar a escola ou ir às compras, que acredita acontecerem sob quaisquer condições, uma vez que não permitem escolhas alternativas aos participantes. Indica também as atividades *opcionais*, como passear pelo parque ou simplesmente aproveitar um dia de sol, que ocorrem apenas sob condições exteriores favoráveis relativas ao lugar e, secundariamente, condições atmosféricas propícias. Por último, aponta as atividades *sociais*, que também podem ser entendidas como atividades “resultantes” das outras categorias identificadas. De facto, em quase todas as situações, estas atividades desenvolvem-se em conexão com as demais, sendo que as

atividades necessárias e opcionais proporcionam a presença de vários indivíduos no mesmo espaço, o seu encontro, a conversa ou o simples cumprimento. Para o autor, as atividades sociais são fomentadas pela ocorrência de atividades necessárias e opcionais em espaços públicos com melhores condições.

Estas noções são fundamentais para os arquitetos e urbanistas (Gehl, 1987), uma vez que as opções projetuais influenciam as possibilidades de encontro entre pessoas, de ver e ouvir outros indivíduos, possibilidades estas que, embora constituam formas de contacto passivo, são importantes em si mesmas e podem constituir um ponto de partida para outros tipos de relacionamentos, como as amizades e outras relações mais complexas que implicam envolvimento emocional.

A vida que existe entre os edifícios, as relações sociais, mais ou menos intensas, que se estabelecem nos espaços públicos, são para este autor mais importantes do que os espaços ou edifícios em si e constituem um maior factor de atração. Assim: *"(...) people and human activity are the greatest object of attention and interest. Even the modest form of contact of merely seeing and hearing or being near to others is apparently more rewarding and more in demand than the majority of other attractions offered in the public spaces of cities and residential areas"* (Gehl, 1987: 31).

Na mesma linha de pensamento, Marcus Zept (2001: 173) afirma que no final dos anos 60, os espaços urbanos, pela sua monofuncionalidade, uso fragmentado e forma rígida, não ofereciam qualidade suficiente para fomentar as relações sociais.

Mas se até meados do século XX, o espaço público foi bastante negligenciado, é importante referir que no final do século "se assiste, por um lado, a um retorno em força dos espaços públicos como elementos centrais dos projetos urbanos e, por outro lado, se descobre que o espaço público, gerando dinâmicas quotidianas essenciais, pode ser um instrumento importante e profícuo da coesão social" (Castro, 2002: 53).

Para Alexandra Castro (2002: 56-57), atualmente é possível detetar, nas intervenções urbanas, uma vontade de as tornar mais significativas, isto é, dotadas de uma maior diversidade de temas e "projetados à imagem de uma sociedade mais complexa e de atividades e funções mais diversificadas. Projetos de promoção urbana e novos estilos de vida, evidenciando a cidade como objeto estético, lugar de memória e de dimensão internacional. Tenta-se criar, assim, um núcleo forte, dinâmico e visualmente atraente".

Finalmente, numa abordagem mais micro e que melhor se aproxima da escala do Bairro da Arroja Velha, onde se propõe intervir, importa referir o balanço de algumas pesquisas desenvolvidas

por Pipard e Grané (2001), em diferentes espaços públicos, que permitiu aos autores apresentar, de uma forma geral, as principais características destes espaços nos bairros desfavorecidos, em oposição ao centro das cidades. Apesar de reconhecerem as especificidades de cada bairro, estes autores apontam algumas características gerais, entre as quais o espaço público enquanto espaço de proximidade, em que os habitantes são obrigados a ter em conta o próximo e o controlo social sentido por todos. Nestes espaços, destinados a uma sociabilidade de proximidade, o isolamento é quase impossível, pelo que o anonimato se torna difícil. Os estigmas da precariedade e da pobreza são traduzidos pelas sociabilidades, o que intensifica a segregação e a estigmatização destes bairros.

## 2.2. Espaço Público Apropriado

Segundo Isabel Guerra (1994), ao refletir sobre uma nova “política de cidades”, que a Europa adotou nos anos 90 como forma de inverter a tendência para o aumento dos fenómenos de segregação urbana, realça que uma das principais inovações prevê a implementação de uma intervenção que integre três dimensões: a urbana, a económica e a social. De facto, a rearticulação entre estas três dimensões é o grande desafio de uma intervenção integrada. É necessário pensar o espaço e os modos de vida da população em simultâneo, inserindo no habitat em construção: espaços de formação (por exemplo, integrados nas atividades de construção civil), espaços de trabalho (pequenas empresas de comércio e/ou oficinas), bem como espaços de convívio (equipamentos de desporto ou lazer), e implicando, desde o primeiro momento, a população, de modo a que esta fique envolvida nas tarefas que vão dando forma e conteúdo ao seu espaço.

Experiências já levadas a efeito, mostram como é possível alterar significativamente os mecanismos de apropriação do bairro e da cidade quando a população se sente implicada, como por exemplo, desencadeando formas de “organização local” que aliem o trabalho remunerado (e, conseqüentemente, o combate ao desemprego) a tarefas socialmente úteis, reposicionando a articulação entre as funções sociais e económicas. É o caso de experiências ensaiadas, em Portugal e em França, em que a população foi organizada de forma a ser responsável, rotativamente e de forma organizada, pela limpeza e higiene do bairro, ou pela segurança de escolas e outros equipamentos. Note-se que a preparação para algumas destas tarefas é feita através de ações de formação que permitem, cumulativamente, uma elevação do nível cultural e de “socialização” da população, promovendo a auto-organização e a participação no projeto (Guerra, 1994: 12-14).

De facto, também Herman Hertzberger (1991) acredita que quanto maior for a nossa capacidade de exercer influência sobre as coisas que nos rodeiam, mais nos sentiremos

emocionalmente envolvidos com elas e, conseqüentemente, mais atenção lhes daremos e mais predispostos estaremos a tratá-las com cuidado e amor (Hertzberger, 1991: 170).

Cada membro de um bairro deverá dar o seu contributo de modo a criar um ambiente com o qual se consiga relacionar e identificar. Desta forma, não só se garante que estes espaços vão ser mais vividos pelas pessoas, como que serão naturalmente mais preservados, uma vez que o sentimento de apropriação e identificação leva também ao sentimento de responsabilidade face ao espaço.

Herman Hertzberger (1991) reitera a importância da forma como instrumento capaz de oferecer diversas possibilidades de utilização e de apropriação por parte do utilizador do objeto ou espaço. Assim, “You can only develop an affection for things that you can identify with – things on which you can project so much of your own identity and in which you can invest so much care and dedication that they become part of you, absorbed into your own personal world” (Hertzberger, 1991: 170).

Na verdade, Hertzberger (1991) acredita que o segredo para uma apropriação do espaço público por parte da população consiste em conferir aos espaços uma forma tal, que provoque um sentido de pertença face aos mesmos. Segundo Hertzberger (1991), a arquitetura deve conter em si mesma, o potencial para a acomodação por parte dos seus utilizadores. Este será tanto mais eficaz quando mais casual e descomprometido se apresentar, isto é, não se deverá conceber objetos com fins demasiados específicos, que funcionem apenas da forma como foram programados, sob pena de se entrar numa lógica demasiado restritiva, que apenas responde à utilidade mínima que se pode esperar da arquitetura.

O autor defende, ainda, que cabe ao arquiteto a responsabilidade de tornar os espaços mais recetivos e apropriáveis pelas pessoas, na medida em que estas devem conseguir identificar-se com os mesmos. Da mesma forma, acredita que diluir os limites entre o domínio público e o privado, expandindo este para o exterior, permite um aumento significativo da qualidade do espaço público.

Entende-se, pois, que é necessário criar espaços que se afastem do extremo funcionalismo, rígido e inflexível, criando em alternativa as condições necessárias ao desenvolvimento de diferentes atividades e de diferentes interpretações na utilização de um mesmo espaço no espaço em si e também no tempo.

### 2.3. O Papel dos Projetos Comunitários no Reforço das Relações Sociais

Neste ponto, apresentam-se alguns estudos de caso que se revelaram importantes no desenvolvimento deste trabalho, por se afirmarem como exemplos de projetos comunitários, assentes em estratégias de envolvimento da população e no seu contributo para o reforço da coesão social.

Optou-se pelo estudo de cinco projetos distintos, de carácter comunitário, nacionais e internacionais, que, pelas suas características contêm importantes pistas para o desenvolvimento do programa e projeto do Centro Comunitário da Arroja. Neste sentido, aprofundou-se o conhecimento acerca do Museu em Memória ao Apartheid, em Port Elizabeth, na África do Sul, e da Villa 31 Carlos Mujica, em Buenos Aires, enquanto exemplos internacionais. Em Portugal, a análise centrou-se em 3 casos: a Associação Cultural Moinho da Juventude, na Cova da Moura, o Grupo Comunitário da Alta de Lisboa e por último o projeto do Banco do Tempo.

#### ***Red Location – Museu em Memória do Apartheid<sup>1</sup>***

Red Location, uma das mais antigas vilas da África do Sul, situada na cidade de Port Elizabeth, oficializou-se em 1902, ao ser designada para a ocupação de trabalhadores negros. Porém, a partir de 1948, Red Location torna-se num dos centros do movimento antiapartheid (movimento de boicote ao Apartheid - sistema de segregação racial imposta pelo Partido Nacional dos governos da África do Sul entre 1948 e 1994), sendo um pólo de resistência e de ações de protesto.

Após a abolição do Apartheid, em 1994, a cidade de Port Elizabeth, com o objectivo de reintegrar Red Location e de lhe retirar o estigma de zona inóspita e conflituosa, decidiu localizar um museu em memória do Apartheid no município, que deveria funcionar como elemento central num projeto de revitalização urbana.

O projeto foi desenvolvido pelo atelier Arquitetos Noero Wolff, que se depararam, desde logo, com a questão da aceitação deste equipamento por parte da sociedade envolvente, que se caracterizava, de forma geral, por uma atitude de cepticismo no que dizia respeito a tentativas exteriores à “comunidade”, de introduzir mudanças exógenas e com efeitos na estrutura sócio espacial desta localidade.

---

<sup>1</sup> A informação aqui apresentada baseia-se nos dados disponíveis em [www.noeroarchitects.com](http://www.noeroarchitects.com), site consultado em 3 de Setembro de 2012.



Neste contexto, de forma a assegurar, semanalmente, as necessidades dos cidadãos de Red Location, foi criado um comité de base comunitária durante a construção do museu. Por outro lado, muitos cidadãos fizeram parte da equipa de construção do museu, o que proporcionou formação e emprego e uma maior integração dos residentes no projeto.

Esta intervenção ao nível urbano (plano geral que inclui habitação, uma biblioteca, um arquivo da cidade, entre outros espaços comunitários) com a inclusão de um equipamento - o museu - foram os pilares em que assentou um plano, bem sucedido, que visava integrar plenamente Red Location na vida do município, anteriormente privada de serviços públicos.

No que se refere ao caso de estudo nesta dissertação, há algumas similaridades com Red Location, já que, ainda que devido a outros motivos, também o Bairro da Arroja Velha se encontra profundamente desconexo da malha urbana envolvente; contudo, pretende-se que, através de uma intervenção urbana centrada na inclusão de um equipamento de utilização pública, mais concretamente, um centro comunitário, este bairro se integre na estrutura urbana da cidade de Odivelas. Para além disso, é objetivo deste trabalho que este equipamento potencie e promova sociabilidades de vizinhança e um certo sentido de unidade neste bairro.

#### Figuras 01 a 04 – Museu Red Location



Figura 01 - Vista aérea do conjunto edificado



Figura 02 - Vista do bairro



Figura 03 - Vista este do museu



Figura 04 - Caracterização do projeto

Fonte: Site Noero Architects, [www.noeroarchitects.com](http://www.noeroarchitects.com), 3 de Setembro de 2012

### ***Villa 31 Carlos Mujica<sup>2</sup>***

A villa 31 Carlos Mujica (este é o nome de um sacerdote argentino membro do *Movimiento de los Sacerdotes para el Tercer Mundo*), enquanto “villa” é um Bairro de Lata, configura-se como uma das maiores áreas de gênese ilegal da cidade de Buenos Aires. Ainda que inserida no centro da cidade, constitui um dos seus bairros mais segregados. Há várias décadas que a população deste bairro reivindica o fim das ameaças de demolição de que sofre constantemente e o direito a fazer parte integrante da cidade de Buenos Aires.

Neste contexto, em 2009, a artista conterrânea Cynthia Cohen idealizou uma intervenção que se traduziria na colocação do número “31”, em dimensões monumentais, como forma de marco para o bairro e para a cidade. Ao desenvolver a ideia de introduzir este símbolo a artista teve como objetivo incorporar um elemento identitário e referente à memória desta população, que seja reconhecido não só pelo bairro em questão, como por toda a cidade e que promova, assim, a sua integração na mesma.

Para a artista, o envolvimento dos habitantes do bairro neste projeto foi fundamental. Foi criada uma comissão de difusão do projeto entre os moradores, com o intuito de o enriquecer através de sugestões e ideias. Neste sentido, depois de alguns encontros com os habitantes deste bairro, a artista decidiu incluir as palavras “Carlos Mujica” na escultura, como forma de homenagear o sacerdote argentino, assassinado em 1974, que lutou contra o despejo dos moradores do Bairro 31, onde viveu durante a década de 70.

---

<sup>2</sup> A informação aqui apresentada baseia-se nos dados disponíveis em [www.cynthiacohen.com.ar](http://www.cynthiacohen.com.ar), site consultado em 3 de Setembro de 2012.

A escultura, que ainda não foi colocada, deveria assumir a forma de um “31” em aço inoxidável, polido, de cor vermelha, cujo tamanho supere as cercas do bairro, elevando-se num pilar de 30 metros de altura que se encontra num ponto central do bairro. Desta forma, este objeto pretende transformar-se num verdadeiro símbolo da cidade.

Figuras 05 e 06 – Villa 31 Carlos Mujica

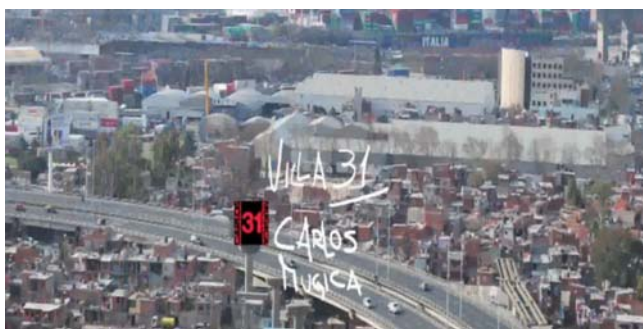


Figura 05 - Vista aérea do Bairro 31, Buenos Aires



Figura 06 - Envolvimento dos habitantes no projeto

Fonte: Site Cynthia Cohen, [www.cynthiacohen.com.ar](http://www.cynthiacohen.com.ar), 3 de Setembro de 2012

Entende-se, pois, que é necessário que os habitantes se identifiquem com a cidade, que a entendam como sua, quer ao nível do espaço, quer dos edifícios públicos. Desta forma, também no Bairro da Arroja Velha, a promoção de um território com espaços progressivamente mais qualificados, poderá estimular os usos por parte dos seus habitantes, potenciando o seu sentido de identidade e o desempenho de diversas atividades, particulares desse lugar. Esta qualificação do espaço poderá atrair visitantes e populações vizinhas. Consegue-se, assim, uma divulgação positiva do bairro, estimulando-se o surgimento de um sentimento de posse por parte dos seus habitantes, ativando-se e reforçando-se a autoestima coletiva, o que se traduz numa mudança de atitudes nos próprios, por exemplo, quanto à preservação dos espaços públicos e nos outros (exteriores ao bairro) a redução de estereótipos e preconceitos, face aos residentes nestes espaços.

### ***O Papel do Moinho da Juventude na Cova da Moura<sup>3</sup>***

A Associação Cultural Moinho da Juventude surgiu nos primeiros anos da década de 80 do século passado, assumindo-se hoje enquanto Projeto Comunitário. De referir que esta associação partiu de uma ação conjunta dos moradores do Bairro da Cova da Moura e que nasceu de um trabalho informal que envolveu áreas como a animação de crianças, a organização de grupos de

<sup>3</sup> A informação aqui apresentada baseia-se nos dados disponíveis em [www.moinhodajuventude.pt](http://www.moinhodajuventude.pt), site consultado em 27 de Setembro de 2012.

mulheres e a organização dos moradores, na reivindicação de comodidades básicas, como o saneamento básico. Contudo, só em 1987 é que a associação foi oficialmente constituída.

O Moinho da Juventude promove atividades sociais, culturais, desportivas, económicas e outras, envolvendo crianças, jovens e adultos, numa lógica intergeracional.

Mais concretamente, a nível social, o “Núcleo de Apoio aos Moradores”, que esta associação mantém, luta pela melhoria das condições de habitabilidade e de limpeza e higiene do Bairro, pela sua legalização e ainda pela regularização dos moradores imigrantes.

A nível cultural, com o apoio do Instituto Caboverdiano do Livro, esta instituição mantém uma venda permanente de livros editados e distribuídos em Cabo Verde. De forma semelhante, a criação de grupos culturais entre os moradores resulta da intenção de preservar, promover e divulgar a cultura de origem imigrante dos moradores, que integra um dos eixos de atividade do Moinho da Juventude.

Esta associação dispõe de um Jardim Infantil e de um ATL, ambos com mais de 80 crianças, que aqui beneficiam de apoio nos trabalhos escolares, atividades de tempos livres, acedendo ainda a colónias de férias. Existe ainda um “Centro de Informação Jovem”, um “Espaço Jovem”, “Círculos de Debates”, uma Biblioteca Juvenil, Apoio Escolar para Adolescentes, Cursos de Iniciação à Informática e um Núcleo Desportivo, atividades para mais de 400 jovens, dinamizadas por residentes no Bairro.

De salientar ainda as ações de alfabetização dos moradores e o trabalho de intervenção junto das mulheres, que esta associação tem desenvolvido desde a sua origem. Em 1986 algumas mulheres, com atividades laborais instáveis e mal remuneradas, criaram um grupo informal que discutia e tentava dar resposta às suas dificuldades económicas. Na sua maioria empregadas domésticas e mulheres-a-dias, reuniam-se regularmente para discutir a legislação laboral, a situação do mercado de trabalho e meios para adquirir uma melhor formação profissional. Neste sentido, desde o início dos anos 90, o Moinho da Juventude tem vindo a organizar cursos de formação profissional, sobretudo para mulheres e jovens em situação de risco, com o apoio do Centro de Emprego e do Fundo Social Europeu, tendo promovido a inserção socioeconómica dos moradores. Note-se que esta associação é acreditada como Centro de Formação pelo Instituto para Inovação na Formação (INOFOR).

Esta associação gere ainda um Banco do Tempo, em que qualquer membro que esteja disposto a oferecer uma hora do seu tempo para prestar um ou mais serviços, recebe uma hora de um serviço à sua escolha, para utilizar como retribuição.

### ***O Banco do Tempo em Portugal<sup>4</sup>***

O Banco do Tempo, nascido da necessidade de criar um sistema de entreaajuda, constitui uma rede de infraestruturas de apoio social baseada na gestão do tempo de cada membro, para troca de serviços.

Esta rede apoia-se, numa escala mais aproximada, em agências inseridas em cada comunidade que resultam da parceria com instituições locais, como a Associação Cultural Moinho da Juventude, sendo que cada agência possui estratégias e ritmos próprios, constituindo-se numa diversidade de modelos.

A uma escala mais alargada, o Banco do Tempo apoia-se no designado Banco Central, que é coordenado pelo Graal, designação que tem origem no Santo Graal e no significado simbólico da lenda que lhe está associada, tratando-se de um movimento internacional de mulheres motivadas pela procura espiritual e empenhadas na transformação do mundo numa comunidade global de justiça e paz, que chega a Portugal em 1957 e se constitui como Associação de Caráter Social e Cultural em 1977, reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública em 1985. De facto, o Graal, entidade integradora e impulsionadora a quem cabe apoiar o funcionamento do Banco do Tempo, divulgá-lo a nível nacional, facilitar a criação de novas agências e promover a integração internacional, começou a trabalhar neste projeto no início de 2001, após ter contacto com este conceito em Barcelona, na Associação Salut y Família. Após um ano dedicado à criação de infraestruturas e à divulgação do projeto com vista ao envolvimento de pessoas e instituições, lançou as primeiras agências em Portugal no início de 2002.

Os principais objetivos deste projeto passam pela promoção de uma cultura de solidariedade e do sentido de comunidade, bem como do encontro entre pessoas que convivem nos mesmos espaços, possibilitando-se a colaboração entre gerações e a construção de uma rede de relações mais humanizada. O Banco do tempo visa valorizar o tempo e o cuidado dos outros, estimular os talentos e promover o reconhecimento das capacidades de cada um. Ao oferecer soluções práticas e alternativas à organização da vida quotidiana, o Banco do Tempo tem também por objetivo apoiar as famílias na conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.

O conceito de Banco do Tempo, que se pretende ver introduzido no centro comunitário proposto para o Bairro da Arroja Velha, em que a unidade de valor e de troca é a hora, assenta no

---

<sup>4</sup> A informação aqui apresentada baseia-se nos dados disponíveis em [www.bancodotempo.net](http://www.bancodotempo.net), site consultado em 29 de Dezembro de 2012.

princípio de que todos temos algo para dar e também para receber, numa lógica de obrigatoriedade de intercâmbio. O tempo prestado por cada membro poderá ser-lhe retribuído sob forma de um serviço diferente, por qualquer outro membro. De facto, todas as horas têm o mesmo valor, sendo que não existem serviços mais valiosos do que outros, nem escalas de valor de serviços. De referir que a circulação de dinheiro só é permitida para reembolso, previamente acordado, de despesas específicas e documentadas.

É importante ter em conta que os serviços prestados correspondem a atividades não profissionais assentes na boa vontade dos membros, numa lógica de promoção das relações de vizinhança. Os serviços que fazem parte deste intercâmbio dependem das capacidades e disponibilidade dos membros que o integram e incluem atividades como o acompanhamento de crianças, atividades recreativas, bricolage, ajuda doméstica, cozinha e labores, secretariado e burocracia, aulas sobre alguma temática, tratamento de animais e plantas, ou mesmo a simples companhia.

### ***Grupo Comunitário da Alta de Lisboa<sup>5</sup>***

O Grupo Comunitário da Alta de Lisboa (GCAL), em que se inserem as freguesias da Charneca e do Lumiar, integra diferentes tipos de organizações, desde Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Organizações Não Governamentais (ONG), Associações, bem como Empresas e Entidades Públicas, que desenvolvem as suas atividades no território da Alta de Lisboa, em diferentes áreas, tais como a saúde, a educação, o emprego, a segurança, o desporto, entre outras. Este conjunto de instituições é movido por uma vontade comum de introduzir mudança, de fazer a diferença e dar voz à população, capacitando-a, baseando-se na sua diversidade e complementaridade para enfrentar o desafio de uma atuação integrada, suportada por um plano de trabalho conjunto, capaz de traduzir os seus esforços em benefícios reais para o território.

Identificada, pelos atores locais, a necessidade de promover uma nova dinâmica no território num período pós-realojamento, induzido pelas profundas alterações operadas neste território por via do PUAL (Plano de Urbanização da Alta de Lisboa), inicia-se em 2005 o processo de constituição do Grupo Comunitário da Alta de Lisboa, que se assume inicialmente como Grupo de Parceiros da Alta de Lisboa/Lumiar, tendo em 2007 alterado a sua denominação para a atual.

---

<sup>5</sup> A informação aqui apresentada baseia-se nos dados disponíveis em [grupocomunitarioalta.wordpress.com](http://grupocomunitarioalta.wordpress.com), site consultado em 16 de Janeiro de 2013.

Este Grupo Comunitário, que assume como missão proporcionar uma melhor qualidade de vida à população, tem por objetivos adoptar uma perspectiva integrada da intervenção, para o território da Alta de Lisboa, e alcançar, em conjunto com a população, as melhores respostas com vista à resolução dos problemas identificados.

De forma a concretizar a sua missão, o Grupo Comunitário da Alta de Lisboa baseia a sua atuação em quatro eixos, fundamentais de intervenção: o aumento dos níveis de escolaridade dos residentes, o desenvolvimento de um sentimento de pertença face ao local onde se habita e à sociedade em geral, a promoção da empregabilidade e o fomento de ações para adequar, recriar, influenciar e priorizar decisões e políticas de intervenção, que melhor se adequem às dinâmicas locais.

Integrando o Fórum Alargado do Grupo Comunitário da Alta de Lisboa, o Programa K'CIDADE, Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano, da Fundação Aga Khan, constitui um dos seus parceiros estratégicos. Este programa, de combate à pobreza e à exclusão social em meios urbanos, à semelhança do grupo a que pertence, assume como missão a capacitação de comunidades urbanas excluídas, com vista à melhoria da sua qualidade de vida, dividindo as suas atividades em quatro domínios de intervenção: cidadania, educação e infância, famílias na comunidade e aprendizagem ao longo da vida e empregabilidade.

Entre as diversas ações que leva a efeito, este programa promove com especial empenho, a mobilização comunitária, a animação de redes locais, o apoio a projetos de inovação comunitária, a utilização de tecnologias de informação e comunicação, a capacitação e fortalecimento das organizações locais e o estabelecimento de Centros de Inovação Comunitária.

Importa, ainda, referir alguns dos projetos âncora, inovadores e estruturantes, que o K'CIDADE promove. Na área da empregabilidade, salienta-se a dinamização de redes locais e regionais para o emprego, com a oferta de cursos de formação de curta duração, orientados para postos de trabalho específicos. Na área do empreendedorismo, desenvolveu um Programa de Criação de Negócios, centrado na criação de autoemprego e na constituição de microempresas.

Este é, pois, um programa que promove iniciativas e dinâmicas sustentáveis de desenvolvimento local, centradas na participação e capacitação da população, que se pretende introduzir na lógica de funcionamento do Centro Comunitário da Arroja proposto.

## Capítulo 3. O Fenómeno das Hortas Urbanas

A temática das hortas urbanas integra um dos eixos estruturantes do centro comunitário proposto para o Bairro da Arroja Velha, o que justifica a pertinência da sua análise. Neste sentido, entende-se que a introdução de hortas urbanas, de carácter comunitário, no Bairro da Arroja Velha, poderá contribuir, não só para o autoabastecimento, particularmente necessário em épocas de crise, como para o reforço das relações sociais entre os moradores do bairro. Neste sentido, este capítulo pretende explorar o fenómeno das hortas urbanas, aflorando-se alguns elementos que permitem perceber a sua relevância no contexto da cidade de Lisboa (e AML), mas sobretudo as potencialidades associadas a esta prática. Analisar-se-á, ainda, um estudo de caso, que integra um projeto de hortas urbanas de carácter comunitário: a Horta do Monte, em Lisboa.

### 3.1. Origem e Desenvolvimento das Hortas Urbanas

Em 1985, o artigo “As “hortas urbanas” em Lisboa”, da autoria de Isabel Castel’ Branco et al. constituiu um marco importante nos estudos urbanos, ao debruçar-se sobre o tema da ocupação do solo urbano com explorações agrícolas espontâneas, de cariz económico pouco definido no concelho de Lisboa e sua periferia próxima, concluindo que esta atividade é mais dinâmica e relevante, do que à partida se poderia imaginar.

O fenómeno das hortas urbanas e periurbanas, geralmente associado a épocas de maior expansão urbana e de movimentos migratórios do campo para a cidade, começa por ser observado nos grandes centros urbano-industriais de Inglaterra em meados do século XIX, num tempo em que a população se debatia com condições de vida muito precárias e como resposta à necessidade de subsistência num ambiente altamente concorrencial (Castel’ Branco *et al.*, 1985: 101). Este movimento, ligado ao cultivo de pequenas parcelas de terreno nos arredores das cidades por pessoas de menores recursos económicos, surge em diversos países da Europa e, em alguns casos, é institucionalizado através da formação de Associações. No caso de França, tal acontece através da formação dos designados “Jardins Operários”. Estes *Jardins Ouvriers* integravam zonas verdes que,



ao serem diretamente conservadas pelos seus utentes, não eram economicamente dependentes de qualquer instituição pública (Castel' Branco *et al.*, 1985: 101-102).

A instalação de Jardins Operários acontece paralelamente à construção de habitação social, através do arrendamento de terrenos dos municípios ou das sociedades promotoras de habitação às Sociedades dos Jardins Operários. O movimento que dá origem ao aparecimento destas Sociedades surge nos finais do século XIX, impulsionado pelo Abade Lemire, assente em fundamentos teóricos e políticos baseados na defesa da família e da pequena propriedade e no combate aos malefícios da sociedade industrial, tendo em vista a obtenção da paz social. Este tipo de movimentos conhece períodos de maior crescimento em épocas de crise económica, como aconteceu durante a 2ª Guerra Mundial. De facto, durante o período de estabilidade e crescimento que se viveu desde 1955 até aos primeiros anos da década de 70, a importância económica e o carácter de autoabastecimento das hortas urbanas perde relevância e apenas subsistem as hortas cultivadas por idosos e por residentes com modelos culturais associados ao mundo rural, o que se explica pela sua função complementar de recreio e ocupação de tempos livres (Castel' Branco *et al.*, 1985: 102).

Para esta autora e colegas (1985: 102), em Portugal, a intensificação dos movimentos migratórios do interior para as grandes cidades durante os anos 40, motivou o início deste fenómeno no nosso território. Na década de 70, com o retorno dos soldados e residentes das ex-colónias, assiste-se ainda a uma autêntica explosão da pequena agricultura de complemento na periferia de Lisboa.

Em contexto urbano, estas hortas surgem quase sempre em terrenos públicos, sobretudo municipais, essencialmente junto a “bairros de lata” ou outras zonas degradadas, ou ainda nas proximidades de bairros sociais onde com rendas acessíveis, se fixam estratos de população com recursos económicos reduzidos.

Desta dinâmica espacial e temporal resulta que a maioria das hortas mais antigas se localizem em zonas abrangidas pela expansão da cidade durante os anos 40 e 50 (Alvalade ou Ajuda), enquanto as hortas que apareceram mais recentemente podem ser encontradas em zonas alvo de processos de urbanização (Chelas, Olivais ou Telheiras), em espaços que ainda não foram ocupados por construções ou equipamentos (Castel' Branco *et al.*, 1985:102-103).

No caso específico de Lisboa, segundo Castel' Branco *et al.* (1985: 103), este fenómeno foi praticamente ignorado, quer em termos de significado económico, quer do seu significado social. Surge sempre com carácter informal, em terrenos geralmente baldios, expectantes para urbanização (construção de equipamentos ou zonas verdes). A atuação das entidades públicas, quando ocorre,

limita-se a, após a ocupação dos terrenos por habitantes das zonas vizinhas, e consoante os casos, legalizar ou não estas hortas e celebrar um arrendamento a título precário, de duração anual.

Se, por um lado, o fenómeno das hortas urbanas surge normalmente associado a uma população idosa e maioritariamente reformada, como reflexo e manutenção de hábitos e modos de vida rurais e como modo de continuação da vida ativa, também se constata, por outro lado, que existem igualmente hortas cultivadas por uma população mais jovem, de cariz mais urbano e industrializado, em consequência de uma situação de crise económica, associada a uma crise de autoridade, a que esta população é particularmente sensível (Castel' Branco *et al.*, 1985: 106).

Nos anos mais recentes, este fenómeno assumiu outros contornos. Maria João Matos (2012), ao abordar o tema das hortas urbanas, afirma que, em Lisboa, este fenómeno espontâneo em ascensão, é adotado por diferentes tipos de pessoas, desde imigrantes a habitantes com origens rurais, a indivíduos em busca de uma ocupação saudável ou ativistas que apoiam e promovem esta prática (Matos, 2012: 7).

### **3.2. As Potencialidades das Hortas Urbanas**

As hortas urbanas, enquanto reflexo de uma população inovadora e criativa, deveriam, segundo Isabel Castel' Branco *et al.* (1985: 106-107), ver as suas potencialidades reconhecidas pelas autoridades públicas, de forma a facilitar os processos integradores a nível local deste tipo de atuação. Para as autoras, este é um fenómeno que, do ponto de vista institucional, poderá contribuir para o controlo de usos clandestinos do solo e para uma concretização imediata de parte da estrutura verde urbana e, do ponto de vista das populações, para a diminuição do carácter de precariedade atualmente associado ao processo.

Não ter em conta este fenómeno espontâneo no exercício de ordenamento do território, contribui para um planeamento impositivo, impedindo o desenvolvimento do que já está esboçado a nível local como necessário. Note-se que a agricultura periurbana, pela sua localização em zonas periféricas, é ainda importante no enquadramento das cidades, pelo seu elevado valor paisagístico (Castel' Branco *et al.*, 1985: 106-107).

Na mesma linha de pensamento, no artigo “Espaços Públicos e Verde Urbano de Lisboa - Um Estudo de Caso Sobre Ambiente Urbano”, desenvolvido por Alexandra Castro *et al.* (2000), os autores abordam o tema das hortas urbanas, processo relativamente espontâneo onde as populações

procuram inscrever o “espaço agrícola” e as práticas a ele associadas em território urbano, afirmando que este fenómeno está longe de ser residual.

Recuperando e reforçando as ideias apresentadas por Isabel Castel’ Branco *et al.* (1985), os autores acreditam que, em 2000, estas hortas continuam a surgir como “complemento económico ao orçamento familiar e, em alguns casos, como forma de substituição, em meio urbano, de um modo de vida rural (...)” (Castro *et al.* 2000: 95), sendo de salientar ainda a importância das hortas urbanas na manutenção da paisagem e da qualidade de vida, bem como o seu papel no ordenamento do território. Segundo Alexandra Castro *et al.* (2000: 96), as hortas urbanas “devem ser vistas num quadro territorial mais amplo (...) e, a esse nível, equacionadas em conjunto com as restantes componentes significativas da vida económica, social e cultural desse mesmo território”.

Para o Arquiteto Paisagista Ribeiro Telles, entre as dez medidas mais importantes para tornar as cidades sustentáveis, está a “Recuperação da Agricultura Urbana e Periurbana” (Telles, 1998). Também Girardet (2007), na obra “Criar Cidades Sustentáveis” refere a importância de por em prática a “Agricultura Urbana” nos dias de hoje, tendo em conta a crise financeira mundial em que nos encontramos. De facto, para um número cada vez maior de indivíduos desempregados, este tipo de agricultura em contexto urbano, mais do que uma ocupação de tempo e forma de lazer e de aproximação à natureza, é sobretudo um verdadeiro meio de auto abastecimento.

Entende-se pois que, a introdução destas hortas em contexto urbano se justifica plenamente, merecendo o seu estudo e enquadramento um lugar mais relevante no processo de planeamento urbanístico, não só pelo seu significado no autoabastecimento, particularmente necessário em épocas de crise, mas também pelas vantagens relacionadas com a redução dos consumos energéticos associados à movimentação de produtos entre os locais de produção e de consumo. Este fenómeno permite ainda o aumento da atividade económica pela possibilidade de criação de emprego local, fomenta a disponibilidade de produtos frescos e ainda contribui para a qualidade de vida das populações através da vertente lúdica associada a esta prática agrícola em hortas urbanas.

### **3.3. A Horta do Monte, em Lisboa**

A Horta do Monte, localizada entre os bairros da Graça e da Mouraria, no centro de Lisboa, integra um projeto comunitário que valoriza a proximidade com a terra, enquanto meio de autoabastecimento e visa promover um estilo de vida mais saudável e sustentável nas cidades. Este projeto segue os princípios da Permacultura, método holístico para planejar, atualizar e manter

sistemas de escala humana, como jardins, vilas, aldeias ou comunidades, ambientalmente sustentáveis, socialmente justos e financeiramente viáveis, cuidando da terra sem o recurso a químicos nem a sementes transgénicas, cuidando das pessoas com base nos valores humanos e na partilha de conhecimentos, e partilhando o excedente, introduzindo-o nas refeições confeccionadas na cozinha comunitária (Horta do Monte, hortadomonte.blogspot.pt, 4 de Março de 2013).

De acordo com a tese de mestrado de Flávia Santos (2012), intitulada “Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária – Participação e Desenvolvimento: dois casos de estudo”, o terreno onde se situa hoje a Horta do Monte começou a ser cultivado em 2007 por um grupo de seis pessoas que procedeu à limpeza necessária e ao cultivo de alguns canteiros na parte central desta horta, que era designada por “Horta Popular (da Graça e Mouraria)”. Já nesta altura, os objetivos desta horta se centravam na reabilitação de um espaço urbano degradado, com vista à sua transformação num local de cultivo, de experimentação de técnicas agrícolas, de permacultura, de convívio e lazer para os habitantes dos bairros da Graça e da Mouraria, bem como um espaço para a sensibilização ambiental e promoção do contacto com a natureza.

Segundo a mesma autora, numa fase inicial, procedeu-se ao incentivo à participação neste projeto, por parte dos habitantes dos dois bairros, tendo alguns moradores começado a criar os seus próprios lotes, reabilitando e tratando o terreno de forma a prepará-lo para o cultivo. Este projeto, que em finais de 2009 dava sinais de perda de algum do fôlego adquirido, sofreu uma mudança ao nível da coordenação, tendo passado, em meados de 2010, a designar-se por “Horta do Monte - Projeto Comunitário”.

Desde então, esta horta comunitária, de cultivo coletivo e aberta à participação de todos, tem baseado a sua atuação em objetivos, tais como: fortalecer relações de proximidade, oferecer um espaço para a partilha intergeracional de conhecimentos, contribuir para uma economia local mais sustentável, fortalecer redes de contacto, promover atividades ao ar livre ou reestabelecer o contacto com a terra. Este projeto baseia-se, pois, no voluntariado e o seu funcionamento centra-se nos “Dias da Horta”, atividades de cultivo coletivo que decorrem regularmente. Nestes dias, procede-se a trabalhos de manutenção da horta, orientados por um elemento do grupo. Os produtos são partilhados entre as pessoas envolvidas no projeto e os excedentes destinam-se à cozinha comunitária da horta, que confeciona refeições de carácter humanitário (Horta do Monte, hortadomonte.blogspot.pt, 4 de Março de 2013).

Figuras 07 a 09 – Atividades na Horta do Monte



Fonte: Site Horta do Monte, [hortadomonte.blogspot.pt](http://hortadomonte.blogspot.pt), 4 de Março de 2013

## Capítulo 4. O Bairro da Arroja Velha

O Bairro da Arroja Velha, onde se propõe intervir, constitui um dos núcleos populacionais da freguesia de Odivelas e integra a zona da Arroja, onde se inserem outros núcleos, como a Quintinha da Arroja, a Urbanização da Arroja e o Jardim do Sol. Esta zona, maioritariamente de génese ilegal, é delimitada a sul pelos bairros das Patameiras e Pombais e encontra-se separada da zona central da freguesia e respetivo núcleo histórico, pela ribeira de Odivelas.

Figura 10 – Ortofotomapa com Identificação do Bairro da Arroja Velha (a laranja) e dos Limites das Áreas de Génese Ilegal na Arroja (a azul)



Fonte: Projeto “Reconversão e Reinserção Urbana de Bairros de Génese Ilegal”, CIAUD - FAUTL, Fundação para a Ciência e Tecnologia - FCT, 2006

Apesar dos constrangimentos que condicionam o estudo de uma Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), tentou-se colmatar esta limitação por via do cruzamento de fontes de informação de origem diversa e da recolha exaustiva da informação possível. Neste sentido, realizaram-se inquéritos a uma amostra da população do Bairro da Arroja Velha (60 moradores), cuja análise e interpretação de resultados se expõe no presente capítulo.



#### 4.1. Contextualização: Origem e Evolução<sup>6</sup>

De forma a enquadrar o projeto desenvolvido e promover um melhor entendimento do lugar onde se pretende intervir, é fundamental perceber como ocorreu a evolução urbana no território de Odivelas, onde se insere o Bairro da Arroja Velha, e quais as lógicas que lhe estiveram associadas.

Como indícios das origens da ocupação do território de Odivelas, podemos encontrar dólmens na Freguesia de Caneças, vestígios romanos na Póvoa de Santo Adrião e vestígios árabes no subsolo da Freguesia da Pontinha. Porém, é no reinado de D. Dinis, com a construção do Mosteiro de Odivelas, que o território inicia o seu desenvolvimento.

Quadro 01 – Acontecimentos Marcantes no Território de Odivelas, ao longo dos séculos

Ano/Época	Acontecimentos Marcantes
1415	D. Filipa de Lencastre, já no leito da morte, abençoa os três filhos mais velhos no Paço de Odivelas.
1534	O “Auto da Cananeia” é representado pela primeira vez no Convento de Odivelas.
1617	Ocorre o roubo à Igreja de Odivelas que dá origem ao monumento “Senhor Roubado”.
1668	O Padre António Vieira faz um dos seus sermões no Convento de Odivelas.
segunda metade do século XVIII	Dá-se a construção dos aquedutos de Caneças.
1755	O Terramoto causa grandes estragos na região mas leva também a que muitos lisboetas se venham fixar nesta zona, em busca de ares mais saudáveis.
1833	É construído, na Freguesia da Pontinha, um cemitério para as vítimas da cólera.
século XIX	Caneças destaca-se como importante fonte de água, sendo várias as zonas de Lisboa, cidade suja e afetada por epidemias na época, abastecidas pelos Aguadeiros desta zona.
início do século XX	Odivelas é uma terra procurada para os prazeres de verão, e começa a desenvolver-se enquanto centro de poder à escala municipal.

Fonte: CM Odivelas, [www.cm-odivelas.pt](http://www.cm-odivelas.pt), site consultado em 2012

No que se refere à evolução da sua situação administrativa, a Freguesia de Odivelas foi incluída no município de Belém em 1852, tendo em 1885 passado para o município dos Olivais e, em 1886, para o município de Loures, na data de criação do mesmo. Odivelas foi elevada a vila a 3 de abril de 1964 e a cidade a 13 de julho de 1990. Em 19 de Novembro de 1998 é criado o concelho de Odivelas, onde se insere hoje esta freguesia.

No que se refere à evolução do tecido urbano deste território, é de referir que um dos elementos estruturantes da freguesia de Odivelas corresponde à via entre o Lumiar e a Amoreira, fundamental para o desenvolvimento do tecido urbano, e que é a atual Rua Guilherme Gomes

<sup>6</sup> A informação aqui apresentada baseia-se nos dados disponíveis em [www.cm-odivelas.pt](http://www.cm-odivelas.pt), site consultado em 10 de Outubro 2012.

Fernandes, adjacente à qual surgiram a Igreja matriz de Odivelas e o Mosteiro de S. Dinis (Quinta das Flores), dois elementos patrimoniais emblemáticos da cidade de Odivelas. Foi ao longo desta e de outras vias que se desenvolveram as construções, na sua maioria casas de quinta, destacando-se pela sua importância para o desenvolvimento de Odivelas, a Quinta Espírito Santo e a Quinta da Memória.

Por volta da década de 40 do século passado, esta era uma região profundamente rural, onde quase todos os terrenos férteis eram destinados à prática da agricultura. Porém, ao longo do tempo, foi-se verificando um processo de crescimento urbano em que as quintas se foram transformando em pequenos aglomerados e, por volta dos anos 70, sobretudo no pós 25 de Abril, iniciou-se um processo de loteamento de terrenos agrícolas que, de uma forma relativamente rápida, se transformam, ora em urbanizações, ora mesmo em bairros clandestinos. De facto, “intensifica-se, a partir de então, o movimento de loteamento de terrenos que modificará profundamente a paisagem local. Nos 25 anos seguintes, aparecem 85 bairros clandestinos. Simultaneamente, com a falta de habitação a preços acessíveis em Lisboa, verifica-se uma explosão da construção civil, surgindo em todas as freguesias do concelho, à exceção da de Famões, grandes urbanizações que se traduzem numa subida relâmpago do número de habitantes, com formas de estar na vida diferentes e mais exigentes daquelas que tinham até aí os habitantes da região” (CM Odivelas, [www.cm-odivelas.pt](http://www.cm-odivelas.pt), site consultado em 2012).

Neste processo de expansão urbana ao longo do tempo, são identificáveis, de forma clara, três fases de crescimento do tecido urbano: a consolidação do centro histórico, iniciado pelo Mosteiro de Odivelas, mandado erguer por D. Dinis, seguida de uma fase expansiva e desordenada e, por último, o surgimento das novas urbanizações dos anos 90, profundamente desconexas relativamente ao resto da malha urbana. As várias fases de crescimento de Odivelas deram origem a um território que hoje se apresenta profundamente desconexo e fragmentado.

O Bairro da Arroja Velha, como é perceptível através da análise de cartas militares, surgiu nos anos 50, de uma forma clandestina e desordenada e, no final dos anos 80, já se encontrava consolidado. Este é um dos bairros com maior percentagem de ocupação urbana de génese ilegal na freguesia, apresentando uma certa heterogeneidade sob o ponto de vista sociocultural.

O PDM de Odivelas (2009) classifica a zona da Arroja Velha, bem como a da Quinta da Arroja, enquanto “áreas críticas”, classificação cujos critérios são variáveis de acordo com cada situação. Estão geralmente associados a questões como a existência de uma estrutura urbana muito frágil ou génese ilegal e imagem urbana negativa. Nesta classificação, são também tidos em conta elementos como a inexistência ou défice de infraestruturas, de equipamentos coletivos e de espaços de



sociabilidade, fraca acessibilidade, habitação com deficientes condições de habitabilidade, geralmente de duvidosa estabilidade de construção, acrescendo ainda, a presença de atividades produtivas ou de serviços urbanisticamente desqualificantes. Note-se que a ocupação ilegal do solo gerou áreas construídas formadas a partir de processos desorganizados de urbanização que atualmente ganharam atributos de bairro, através de processos de legalização, concentrando milhares de moradores (PDM de Odivelas, 2009).

Figura 11 - A Evolução das Construções no Bairro da Arroja Velha



Fonte: Cartas Militares: 1 - 1938; 2 - 1957; 3 - 1965; 4 - 1993; 5 - 2009

## 4.2. Análise da Informação Disponível: Dados Estatísticos Oficiais

Segundo o INE, A freguesia de Odivelas tem uma área de 5,038 km<sup>2</sup> (onde se insere o território em estudo – o Bairro da Arroja Velha), registando em 2011, 59 559 habitantes, 53% dos quais mulheres. Estes dados traduzem um aumento de cerca de 10% da população residente em relação a 2001, quando a freguesia contava com 53449 habitantes. São ainda dados relevantes dos censos de 2011, a existência de 24 587 famílias, de 29 428 alojamentos e de 3 519 edifícios na freguesia de Odivelas (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 2001 (Resultados Definitivos) e 2011 (Resultados Provisórios).

Quadro 02 – População, Famílias, Alojamentos e Edifícios na Freguesia de Odivelas, em 2011

	População Residente		População Presente		Famílias	Alojamentos	Edifícios
	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº	Nº
<b>Homens</b>	28144	47	26535	47	-	-	-
<b>Mulheres</b>	31415	53	30260	53	-	-	-
<b>Total</b>	59559	100	56795	100	24587	29428	3519

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011 (Resultados Provisórios)

Na procura de dados estatísticos sobre o Bairro da Arroja Velha, onde se propõe intervir, revelaram-se evidentes os constrangimentos que condicionam o estudo de uma Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI). Evidencia-se a falta de informação disponível e oficial quanto à sua génese e crescimento até à sua configuração atual, bem como quanto a uma delimitação mais precisa da sua área, carência que dificulta a obtenção de dados específicos sobre a zona que se pretende estudar.

De forma a contornar esta dificuldade, utilizou-se o BGRI (sistema de referenciação geográfica para fins de recenseamento, resultante da divisão da área das freguesias em pequenas unidades territoriais estatísticas: Secções Estatísticas, Subsecções Estatísticas e Lugares), com o intuito de analisar os resultados provisórios dos Censos 2011 numa área mais específica da freguesia, que inclui a zona de intervenção em que se pretende inserir o Centro Comunitário da Arroja, o próprio Bairro da Arroja Velha e respetivos núcleos circundantes. Pretendeu-se, desta forma, obter dados sociodemográficos estatísticos atualizados acerca das principais áreas afetadas pelo equipamento proposto.

Note-se que a escolha das Secções e Subsecções Estatísticas a incluir na delimitação de uma área a analisar teve em conta a zona que se delimitou para a realização dos inquéritos por questionário, feitos a uma amostra da população da Arroja. Procurou-se, ainda, abranger uma área tanto quanto possível coincidente, de forma a permitir o cruzamento de dados e extrair as necessárias conclusões. Desta forma, a área que se delimitou é composta por 3 Secções Estatísticas e 1 Subsecção Estatística.

Figura 12 – Delimitação da Área Analisada e Local de Intervenção



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011 (Resultados Provisórios)

Segundo os dados provisórios dos Censos, em 2011, esta área contava com 3 029 habitantes (cerca de 52% dos quais mulheres) 1 207 famílias, 1 554 alojamentos e 352 edifícios.

Numa análise mais específica, é de referir que na Subsecção 02 (da Secção 005 da freguesia de Odivelas) é abrangida uma área consideravelmente maior do que nas restantes secções, sendo que esta se prolonga para Norte, afastando-se do local de intervenção. Porém, note-se que os edifícios registados nesta subsecção se encontram quase todos na zona mais a Sul, próxima da área onde se pretende intervir e que a zona superior é essencialmente verde, pelo que os resultados não ficam comprometidos. Esta subsecção registou, em 2011, a menor quantidade de edifícios (57), bem como de alojamentos (190) e famílias (146), o que se reflete, naturalmente, no menor número de habitantes (369) registados entre as secções e subsecções estudadas.

A Secção 022 da freguesia de Odivelas, onde se encontra o terreno em que se pretende inserir o Centro Comunitário da Arroja e que engloba a maioria dos edifícios em torno desta área, registou, em 2011, 749 habitantes distribuídos por 317 famílias, 451 alojamentos e 157 edifícios.

No que se refere à Secção 026 da freguesia de Odivelas, é de referir que esta é uma área que pode comprometer uma leitura clara dos resultados, se não for tido em conta que no extremo este desta secção se encontram alguns edifícios de habitação coletiva que fazem desta área a que

registou, em 2011, uma maior densidade populacional e o maior número de habitantes (1 331), famílias (491) e alojamentos (580). Embora esta secção abranja esta zona, que não está tão relacionada com as restantes áreas analisadas e se afasta daquela que é a área principal afeta ao equipamento proposto, foi fundamental a sua inclusão na delimitação da área a analisar, uma vez que a Secção 026 inclui, também, a maioria dos edifícios que confrontam o terreno onde se pretende intervir, a noroeste.

Por fim, na Secção 038 da freguesia de Odivelas, que se encontra a oeste da área onde se pretende intervir, foram registados, em 2011, 580 habitantes, distribuídos por 253 famílias, 333 alojamentos e 63 edifícios.

**Quadro 03 – População, Famílias, Alojamentos e Edifícios na Zona de Intervenção, em 2011**

	População Residente T		População Residente M		População Presente T		População Presente M		Fam.	Aloj.	Ed.
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº	Nº
<b>Subsecção 02</b>	369	100	195	53	354	100	189	53	146	190	57
<b>Secção 022</b>	749	100	393	53	705	100	368	52	317	451	157
<b>Secção 026</b>	1331	100	674	51	1256	100	640	51	491	580	75
<b>Secção 038</b>	580	100	310	53	568	100	308	54	253	333	63
<b>Total</b>	3029	100	1572	52	2883	100	1505	52	1207	1554	352

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011 (Resultados Provisórios)  
Nota: Fam. - Famílias; Aloj. - Alojamentos; Ed. - Edifícios

A título de conclusão, note-se que a existência de um maior número de mulheres do que homens é transversal a todas as secções e subsecções analisadas e acompanha a tendência ao nível da freguesia, em que 53% dos habitantes são mulheres (Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 2011 - Resultados Provisórios).

Por outro lado, a relação entre o número de alojamentos e o número de famílias é muito próxima. Porém, na área analisada registou-se um maior número de alojamentos (1 554) do que de famílias (1 207), o que acompanha a tendência ao nível nacional que mostra que o crescimento urbanístico ocorreu, sobretudo pela via da construção de habitações. De facto, em Portugal, o número de alojamentos praticamente duplicou nas três últimas décadas e registou um ritmo de crescimento sempre superior ao das famílias, o que colocou o nosso país com o segundo maior rácio de habitação por agregado familiar no seio da UE dos 25 (*Housing Statistics in European Union*, 2004).

### 4.3. Quem são os Moradores?

Os moradores do Bairro da Arroja Velha, segundo os resultados dos inquéritos por questionário efetuados a uma amostra da população (60 moradores), são essencialmente de nacionalidade portuguesa (93%), sendo que os restantes 7% afirmam ter nascido em Cabo Verde (1 caso), São Tomé (2 casos) e Angola (1 caso). De uma forma mais específica, apenas 25% dos inquiridos afirmam ser naturais de Odivelas, sendo que a maioria dos moradores (85%) indica diferentes naturalidades, entre as quais se destacam outros concelhos da Região de Lisboa (16 pessoas) e da Região do Centro - Santarém (5), Coimbra (5), Guarda (3), Castelo Branco (2) e Viseu (2). Os restantes inquiridos afirmam ser naturais da Região do Alentejo (12%), da Região do Norte (10%) e da Região do Algarve (4%).

Note-se que, no estudo “Perfil Social e Estratégias dos “clandestinos”: Estudo sociológico da habitação clandestina na Área Metropolitana de Lisboa”, António Fonseca Ferreira e colegas (1985) afirmam que a população dos bairros de origem ilegal, de uma forma geral, é caracterizada por ser maioritariamente natural de um meio rural, associado a algumas contrariedades e esperanças de promoção profissional, que podem afetar o abandono da sua terra natal.

No que se refere às faixas etárias predominantes entre os moradores do Bairro da Arroja Velha, note-se que a maioria dos inquiridos (≈62%) tem mais de 50 anos, sendo a faixa etária predominante (30%) a dos 61 aos 70 anos. Relativamente às camadas mais jovens da população, é de referir que apenas 8,3% dos inquiridos tem menos de 30 anos. Conclui-se, pois, que a população deste bairro apresenta uma forte tendência para o envelhecimento.

Saliente-se que 55% dos inquiridos são mulheres, o que acompanha a tendência da freguesia de Odivelas em que, segundo os dados provisórios dos Censos 2011, 53% dos moradores são do sexo feminino. Note-se ainda que dos cerca de 13% dos inquiridos que afirmam ter mais de 71 anos, 10% são mulheres.

Quadro 04 – Idade segundo o género

	< 30		31-40		41-50		51-60		61-70		>71		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Homens</b>	2	3,3	5	8	6	10	3	5,3	9	15	2	3,3	27	45
<b>Mulheres</b>	3	5	4	7	3	5	8	13	9	15	6	10	33	55
<b>Total</b>	5	8,3	9	15	9	15	11	18,3	18	30	8	13,3	60	100

Fonte: “Inquérito aos Moradores do Bairro da Arroja Velha” (2012), Goulão *et al.*, FA-UTL

Relativamente ao estado civil dos moradores do Bairro da Arroja Velha, a maioria dos inquiridos (65%) é casada. Saliente-se ainda que 14% dos inquiridos são viúvos, 12% são solteiros e apenas 3% são divorciados.

No que se refere ao número de pessoas por habitação, a maioria dos inquiridos (52%) afirma que as suas casas, a contar com o inquirido, alojam 2 indivíduos (marido e mulher). Note-se que 15% dos inquiridos afirmam ainda ter 3 pessoas na sua habitação, 13% afirmam ter 1 ou 4 pessoas e 2% indicou ter 6. Saliente-se que 82% dos inquiridos afirmam ter filhos, mas apenas 37% vivem com os pais neste bairro, o que justifica, de certa forma, o facto da maioria das habitações contar com apenas 2 indivíduos. Dos inquiridos que afirmam ter filhos, 44% tem 2 e 29% tem apenas 1.

Note-se que estes dados, para além de revelarem um certo envelhecimento da população (casais idosos e sem filhos a viver no alojamento), indicam que as segundas gerações tendem a não permanecer no bairro.

Através de conversas informais com alguns moradores deste bairro foi perceptível alguma tristeza em relação à escassez de contactos com os filhos que, apesar de, na generalidade, não viverem muito longe, raramente visitam os pais. Os moradores que afirmam receber mais visitas dos filhos dizem que tal acontece sobretudo quando tomam conta dos netos.

Relativamente à condição perante o trabalho, 45% dos inquiridos são reformados, 35% estão empregados e 15% estão numa situação de desemprego (10% dos quais mulheres e apenas 5% são homens, o que indica uma taxa de desemprego mais elevada entre os indivíduos do sexo feminino). De acrescentar que dos moradores empregados, a grande maioria (86%) trabalha por conta de outrem. De facto, apenas 4% dos inquiridos afirmam que a sua situação na profissão é de patrão.

Quadro 05 – Condição perante o trabalho segundo o género

	Empregado		Desempregado		Reformado		Outro		NS		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>H</b>	11	18	3	5	12	20	1	2	0	0	27	45
<b>M</b>	10	17	6	10	15	25	0	0	2	3	33	55
<b>T</b>	21	35	9	15	27	45	1	2	2	3	60	100

Fonte: "Inquérito aos Moradores do Bairro da Arroja Velha" (2012), Goulão *et al.*, FA-UTL  
Nota: M - Mulheres; H - Homens; T - Total

No que diz respeito às habilitações literárias e às atividades laborais atuais, ou passados, dos moradores, verificou-se que o fraco nível de formação escolar dos inquiridos (o grau mais elevado de formação identificado foi o 12º ano, correspondente a apenas 10% das respostas) se reflete no

exercício de atividades profissionais não qualificadas. De facto, 71% dos inquiridos declaram ter finalizado apenas o 1º ou o 3º ciclos do ensino básico e entre os grupos profissionais indicados prevalecem as atividades ligadas ao operariado, o trabalho em serviços de limpeza, cafés ou lojas e o trabalho na administração pública correspondente, essencialmente, a empregos como contínuas ou assistentes em escolas das proximidades.

Estes dados não estão muito distantes dos registados no estudo “Perfil Social e Estratégias dos “clandestinos”: Estudo sociológico da habitação clandestina na Área Metropolitana de Lisboa”, na medida em que António Fonseca Ferreira e colegas afirmam que, por ter iniciado a sua atividade profissional prematuramente, sobretudo no sector primário, esta população sacrificou o estudo, o que se traduziu num baixo grau de instrução que, por sua vez, determinou um reduzido capital cultural e económico.

Quadro 06 – Habilitações escolares segundo o género

	NLNE		SLNE		4º Ano		6º Ano		9º Ano		12º Ano		Outro		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>H</b>	-	-	-	-	12	20	2	3	9	15	3	9	1	1	27	45
<b>M</b>	1	1	3	5	11	18	2	1	11	18	1	1	4	6	33	55
<b>T</b>	1	1	3	5	23	38	4	4	20	33	4	10	5	7	60	100

Fonte: “Inquérito aos Moradores do Bairro da Arroja Velha” (2012), Goulão et al., FA-UTL  
Nota: M - Mulheres; H - Homens; T – Total; NLNE – Não sabe ler nem escrever; SLNE – Sabe ler mas não sabe escrever

#### 4.4. O Bairro e as Sociabilidades

No que se refere, às imagens face ao bairro, os moradores revelam uma imagem relativamente positiva sobre o seu bairro. De facto, 48% dos inquiridos dizem ter uma “boa” ou “muito boa” imagem; 40% mostram possuir uma imagem um tanto ou quanto ambivalente (“nem boa nem má”) e apenas 12% manifestam ter uma “má” ou “muito má” imagem do seu bairro. No entanto, a imagem que os moradores consideram que “os outros” têm do seu bairro é relativamente pior, sendo que apenas 5% dos inquiridos afirmam ser “boa” e 42% dizem ser “má” ou “muito má”.

Em conversas informais, alguns moradores do Bairro da Arroja Velha afirmam ter hoje em dia uma muito melhor imagem do seu bairro do que no passado, constatando que a situação melhorou nas últimas décadas. Referiram que a imagem que os outros têm continua a ser relativamente má, mas que na realidade o bairro já foi pior, quer a nível de infraestruturas básicas e saneamento, quer a nível de problemas de carácter social.



### **Habitar o Bairro da Arroja Velha**

No que se refere ao tempo de residência no Bairro da Arroja Velha, a maioria dos inquiridos afirma morar neste local pelo menos há 31 anos (55%). Apenas 10% dos inquiridos residem neste bairro há menos de 10 anos.

**Quadro 07 - Tempo de Residência no Bairro**

10 ≤		11 -20		21 - 30		31 - 40		41 - 50		51 ≥		NS		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
6	10	5	8,3	6	10	16	26,7	11	18,3	6	10	10	16,7	60	100

Fonte: "Inquérito aos Moradores do Bairro da Arroja Velha" (2012), Goulão *et al.*, FA-UTL

Apenas 35% dos inquiridos revelam que sempre viveram neste bairro, sendo que os restantes 65% vieram sobretudo de outros locais da Área Metropolitana de Lisboa, entre os quais outras zonas do concelho de Odivelas.

Atualmente, os moradores do Bairro da Arroja Velha vivem sobretudo em pequenas moradias (72%), sendo que 17% dos inquiridos vivem em apartamentos. Quase todos os inquiridos possuem apenas um lote (95%), e apenas 3 moradores (5%) assumem possuir dois lotes.

**Quadro 08 - Situação Habitacional Atual**

Moradia		Apartamento		Anexo		Fração		Barraca		NS		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
43	71,7	10	16,6	2	3,3	3	5	1	1,7	1	1,7	60	100

Fonte: "Inquérito aos Moradores do Bairro da Arroja Velha" (2012), Goulão *et al.*, FA-UTL

No que se refere ao regime de propriedade, a maioria dos inquiridos é arrendatário (65%), sendo que os restantes proprietários (35%) afirmam ter adquirido o lote entre os anos 50 e 90, apontando as mesmas décadas para o ano de construção das suas casas, cuja edificação demorou entre um e dois anos.

Quando inquiridos acerca do principal motivo para residirem neste bairro, a maioria dos moradores (57%) indica o baixo custo das habitações, sendo que 27% aponta também a proximidade face a familiares e 10% referem a proximidade ao emprego. De realçar que os restantes 6% indicam outras razões, entre as quais se destaca a possibilidade de viver numa moradia.

De facto, segundo António Fonseca Ferreira e colegas (1985), a construção clandestina é uma opção atrativa, nomeadamente por dar a oportunidade aos moradores de construir uma vivenda



com espaços exteriores, como hortas ou jardins, onde se podem efetuar certas atividades que perpetuam as vivências do meio rural e que são suscetíveis de ajudar à subsistência da família, ou simplesmente pelo facto de ser uma moradia independente, onde não é necessário partilhar espaços comuns com os vizinhos, garantindo uma maior privacidade.

Saliente-se que relativamente aos dois principais aspetos positivos do Bairro da Arroja Velha, a maioria dos moradores aponta as boas relações de vizinhança e o gosto pela sua casa. De facto, relativamente ao gosto pela sua habitação, a maioria dos inquiridos (67%) expressa “gostar” ou “gostar muito”, sendo que 32% revelam, ainda, que “não gosta nem desgosta” de viver em sua casa e apenas 1% afirmam “não gostar nada”. Por sua vez, no que se refere ao gosto pelo bairro, a maioria dos inquiridos (65%) afirma que “gosta” ou que “não gosta nem desgosta” de viver neste bairro, sendo que 27% dizem, ainda, “gostar muito” e apenas 8% declaram “gostar pouco”.

De ressaltar que estudos feitos nesta matéria em Portugal, designadamente pesquisas do Centro de Estudos Territoriais em Loures, Lisboa e Almada, verificaram que, em situações de realojamento, ao gosto pela casa, demonstrado por quem já viveu numa barraca, contrapõe-se o desgosto pelo bairro. Mais do que por razões de má conservação de fogos e edifícios ou carência de espaços públicos qualificados ou de equipamentos de utilização coletiva, este desgosto justifica-se, sobretudo, por razões socioculturais, como a “má vizinhança”, a insegurança ou a falta de intimidade das famílias, consequência da proximidade característica das interações locais (Guerra, 1994: 12 e 13).

No caso do Bairro da Arroja Velha é quase inexistente o número de barracas e, segundo os moradores, quase todas as casas, apesar de pequenas e modestas, garantem condições mínimas de habitabilidade, ainda que ficando aquém do desejável, não tendo problemas quanto ao saneamento básico (apenas 5% dos inquiridos apontam o saneamento básico como problema a resolver). Obviamente que este não é um bairro de realojamento, mas um bairro de génese ilegal (e com dinâmicas de auto construção) em que os moradores revelam também um gosto pelas suas casas, acompanhado por um menor gosto pelo bairro, ainda que nenhum morador afirme “não gostar nada” do seu bairro.

Ainda relativamente à questão do gosto pela casa, importa referir que nos grupos sociais em que a vida profissional é menos valorizada e o tipo de inserção laboral impede uma mobilidade social ascendente, como é o caso dos moradores do Bairro da Arroja Velha, verifica-se uma descontinuidade entre as esferas do trabalho, da habitação, do consumo e do lazer. No entanto, a casa surge como pólo aglutinador e estruturador da organização dos tempos e espaços da vida

quotidiana, pelo que possui uma grande importância e é-lhe atribuído um forte significado, resultando numa apropriação muito mais simbólica do que funcional (Guerra *et al.*, 1996).

O gosto pela casa e pelo bairro, bem como as boas relações de vizinhança apontadas pelos moradores, constituem oportunidades a ter em conta no desenvolvimento de um projeto para o local.

### ***Fora do Bairro vs. Dentro do Bairro***

No que se refere às deslocações para fora do bairro, 47% dos inquiridos afirmam fazê-lo através de viatura pessoal; 33% deslocam-se de autocarro; 8% usufruem dos serviços de táxis e 7% usam o metro. Note-se ainda que uma pequena percentagem dos inquiridos (5%) afirmou apenas deslocar-se a pé, o que condiciona eventuais saídas do bairro.

No que se refere às atividades praticadas fora e dentro do bairro, dos indivíduos empregados, apenas 14% afirmam trabalhar no interior do bairro. Os restantes 86% trabalham fora do Bairro da Arroja Velha, designadamente noutros locais da Área Metropolitana de Lisboa, dos quais se destacam outras zonas da cidade de Odivelas.

Relativamente às principais atividades praticadas pelos moradores, cerca de 73% dos inquiridos fazem compras fora do bairro. Da mesma forma, para usufruir de serviços de saúde, a grande maioria dos inquiridos (98%) tem que se deslocar para fora do bairro. Por outro lado, quanto ao local onde passam os seus tempos livres, a maioria dos respondentes revela que os passam no interior do bairro (63%), sendo que apenas 14% declaram passá-los fora do bairro e os restantes 23% afirmam passá-los tanto fora como dentro do bairro. Salienta-se, ainda, que são sobretudo os moradores a partir dos 61 anos que passam os seus tempos livres no interior do bairro.

**Quadro 09 - Local escolhido para passar tempos livres, segundo a idade dos residentes**

	Fora do Bairro		Dentro do Bairro		Fora e Dentro do Bairro	
	N	%	N	%	N	%
≤ 30	2	3.5	1	2	2	3.5
31 - 40	1	2	4	7	4	7
41 - 50	3	5	3	5	3	5
51 - 60	0	0	8	13	2	3.5
61 - 70	2	3.5	14	23	1	2
≥ 71	0	0	6	10	1	2
<b>Total</b>	8	14	36	60	13	23

Fonte: "Inquérito aos Moradores do Bairro da Arroja Velha" (2012), Goulão et al., FA-UTL

Conclui-se, pois, que apesar dos moradores serem por vezes obrigados a fazer deslocações para fora do bairro, nomeadamente para trabalhar, usufruir de serviços de saúde e ter acesso a determinados bens de consumo, é no interior do bairro que passam a maior parte dos seus tempos livres; é, aqui que conversam e passeiam na companhia de outros vizinhos, tendência reveladora de um certo isolamento e “fechamento” dos residentes em torno do espaço bairro.

Faz pois sentido, que a maioria dos inquiridos (62%) afirme que quase todos os seus amigos residem no Bairro da Arroja Velha, sendo que apenas 22% têm a maior parte dos amigos fora do bairro e 16% possuem amigos quer dentro como fora do bairro.

O tempo de residência no bairro (55% dos moradores afirma morar neste local pelo menos há 31 anos) e a fraca capacidade e mobilidade económica e física são fatores que justificam este “fechamento” e a rede de relações muito centrada na unidade de bairro.

### ***Tempos Livres no Bairro da Arroja Velha***

Relativamente às atividades relacionadas com tempos livres, a maioria dos inquiridos (58%) não pratica atividades desportivas, apesar de alguns afirmarem que gostariam de as praticar (13%). Dos moradores que afirmam praticar este tipo de atividade (28%), a maioria exerce-as na rua ou em casa. Note-se que estas atividades são mais praticadas por homens (59%) do que por mulheres (41%) e que, quem as pratica, diz fazê-lo sozinho ou na companhia de um vizinho.

No que se refere a atividades que passam pelo encontro com o Outro, como conversar, quase todos os moradores as praticam (92%). Este tipo de atividade é exercido sobretudo na rua ou em cafés, mas também em jardins ou em casa dos moradores.

Relativamente à prática de uma atividade mais específica, a grande maioria dos inquiridos afirma não jogar às cartas (70%), sendo que apenas 25% dos moradores afirma praticá-la e fazê-lo sobretudo em cafés ou nas suas casas. Esta é uma atividade mais praticada por homens (58%) do que por mulheres (42%).

Finalmente, uma das atividades mais praticadas pelos habitantes do Bairro da Arroja Velha é passear. De facto, cerca de 78% dos moradores (27 dos quais mulheres e 20 homens) afirmam praticá-la, sobretudo na rua ou em jardins e apenas 15% não o fazem.

Quadro 10 - Atividades praticadas pelos moradores segundo o género

	Desporto						Conversar						Jogar às Cartas						Passear					
	P		NP		GP		P		NP		GP		P		NP		GP		P		NP		GP	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
H	10	17	13	22	3	5	25	41	1	2	1	2	7	12	15	25	2	3	20	33	4	7	1	2
M	7	11	22	36	5	8	30	50	2	3	1	2	5	13	27	45	1	2	27	45	5	8	3	5
T	17	28	35	58	8	13	55	91	3	5	2	4	15	25	42	70	3	5	47	78	9	15	4	7

Fonte: “Inquérito aos Moradores do Bairro da Arroja Velha” (2012), Goulão *et al.*, FA-UTL  
Nota: H – Homens; M – Mulheres; T – Total; P – Prática; NP – Não Prática; GP – Gostaria de Praticar

### Sociabilidades e Relações de Vizinhança

Quando inquiridos acerca da eventual participação em associações de moradores, os residentes a quem se dirigiu esta pergunta, respondem maioritariamente (78%) de forma negativa. Dos 22% que afirmam fazer parte de alguma associação de moradores, 70% são sócios, 15% fazem parte da direção e 15% dizem ter outro tipo de participação.

No que se refere à relação estabelecida entre os vizinhos, todos os inquiridos a caracterizam, pelo menos, como positiva. De facto, quando questionados acerca dos principais aspetos positivos do Bairro da Arroja Velha, grande parte dos moradores (43%) aponta a qualidade das relações de vizinhança. Este resultado relaciona-se diretamente com a positividade da avaliação destas relações, sendo que 47% dos inquiridos declaram ter uma “boa” relação com os vizinhos; 33% dizem ter uma “muito boa” relação e 17% revelam ter uma relação “satisfatória”.

Quadro 11 – Avaliação da Relação com os Vizinhos

Muito Má		Má		Satisfatória		Boa		Muito Boa		NS		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	0	0	0	10	17	28	47	20	33	2	3	60	100

Fonte: “Inquérito aos Moradores do Bairro da Arroja Velha” (2012), Goulão *et al.*, FA-UTL

Quando inquiridos acerca da eventual existência de novos moradores no bairro, a maioria dos moradores (73%) responde afirmativamente e caracteriza a relação estabelecida com os mesmos como “má” ou “muito má” (44%). Salienta-se que 43% dos inquiridos dizem ainda que a relação é “satisfatória” e apenas 13% a caracterizam como “boa” ou “muito boa”. No que se refere ao possível

relacionamento com pessoas que habitam na envolvente do Bairro da Arroja Velha, a maioria dos inquiridos (55%) afirma ter algum tipo de relação com os mesmos e caracteriza-a sobretudo como “boa” (48%) ou “muito boa” (30%), sendo que 12% dos inquiridos diz ainda estabelecer uma relação “satisfatória”.

Conclui-se, pois, que apesar dos moradores se revelarem satisfeitos com as relações de vizinhança estabelecidas no Bairro da Arroja Velha, quase não se relacionam com os moradores mais recentes deste bairro, maioritariamente de origem africana (note-se que o inquérito feito a uma amostra da população identificou moradores com origens em Cabo Verde, São Tomé e Angola) e mostram-se insatisfeitos com a sua presença no bairro.

Solicitou-se ainda aos inquiridos que indicassem as principais atividades que praticam com os seus vizinhos. Perante esta questão, 44% dos inquiridos afirmam conversar; 24% passeiam; 13% jogam às cartas; 9% efetuam trocas ou empréstimos e 10% indicam outras atividades, nomeadamente fazer ginástica, jogar futebol ou ir à missa.

Relativamente aos principais locais de convivência entre os vizinhos, a rua foi o local mais referido por mulheres e homens, representando 32% das respostas obtidas. Seguem-se os cafés (22%), sobretudo frequentados pelos homens, as casas dos inquiridos (16%) e as casas de vizinhos (7%).

Quadro 12 – Locais de convivência segundo o género

	Rua		Café		Casa		Casa de Vizinhos		Oficinas		Parque Infantil		Jardins na Envolvente		Outro		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>H</b>	21	16	19	14	8	6	3	2	4	3	3	2	2	1,5	1	1	67	52
<b>M</b>	21	16	10	8	13	10	6	5	0	0	1	1	2	1,5	9	7	62	48
<b>T</b>	42	32	29	22	21	16	9	7	4	3	4	3	4	3	10	8	129	100

Fonte: “Inquérito aos Moradores do Bairro da Arroja Velha” (2012), Goulão *et al.*, FA-UTL  
Nota: M - Mulheres; H - Homens; T – Total

## 4.5 Equipamentos e Espaços de Utilização Pública: Análise da Situação Atual

Para um desenvolvimento adequado e consciente do novo equipamento público que se propõe para o Bairro da Arroja Velha, considerou-se fundamental perceber quais os equipamentos e espaços de utilização pública, existentes atualmente no bairro e proximidades e quais os mais conhecidos e frequentados.

Neste sentido, em relação ao parque infantil existente no interior do bairro, apenas 1,7% dos inquiridos não o conhecem, mas a maioria dos moradores (75%) revela que não o frequenta. Através

de conversas informais com alguns moradores deste bairro, foi perceptível o desagrado face a este espaço que, de uma forma geral, é visto como um local “mal frequentado” e apresentando más condições de conservação.

Nas proximidades do Bairro da Arroja Velha, perto da nova urbanização “Colinas do Cruzeiro”, localiza-se o Pavilhão Gimnodesportivo de Odivelas, desconhecido para apenas 6,7% dos inquiridos, mas que a maioria dos moradores (85%) diz também não frequentar. Os moradores do bairro justificam a fraca utilização deste equipamento, relativamente próximo, por dificuldades de acessibilidade física ou económica em efetuar deslocações para fora do bairro.

Quando inquiridos acerca de outros espaços de utilização pública que eventualmente frequentem, os moradores que afirmam fazê-lo (≈12%) apontam sobretudo alguns jardins existentes nas proximidades do bairro (Jardim da Arroja Nova, Jardim das Colinas do Cruzeiro e Jardim Sol).

No que se refere a serviços, equipamentos ou espaços de utilização pública, foi solicitado aos inquiridos que indicassem as três funções e valências mais importantes e que na sua ótica fazem mais falta ao bairro. A maioria dos inquiridos (≈72%) aponta carências, como a falta de um centro comunitário, de hortas comunitárias e de uma cantina comunitária. De referir, ainda, que cerca de 19% dos inquiridos indicou também a falta de jardins.

Apesar da vontade expressa pelos moradores em incluir um centro comunitário no Bairro da Arroja Velha, já que cerca de 92% dos inquiridos afirmam que gostariam de ver este equipamento introduzido no bairro, poucos sabem da existência de centros comunitários nas proximidades. De facto, apenas cerca de 12% dos inquiridos afirmam conhecer o Centro Comunitário da Ramada e o Centro Comunitário de Famões, localizados em freguesias adjacentes à de Odivelas.

A carência de espaços públicos qualificados no interior deste bairro reflete, de certa forma, a realidade dos loteamentos de génese ilegal que, como já foi referido no primeiro capítulo da presente dissertação, se relacionam com um processo especulativo e não regulado de venda e são implementados de forma rápida e desarticulada face às características da envolvente, sendo que a prioridade é o espaço privado, em detrimento do espaço público (Jorge, 2010: 144-145). Esta é uma situação que se pretende inverter através da intervenção proposta, sendo que um dos eixos de intervenção, passa por possibilitar um espaço de utilização pública aos moradores, onde as relações sociais se possam fortalecer, e estabelecer continuidades com a envolvente urbana, promovendo-se assim uma boa articulação com a envolvente.

## 4.6 O Papel dos Moradores na Revitalização do Bairro da Arroja Velha

De forma a perceber quais as principais carências deste bairro, na opinião dos seus moradores, foi solicitado aos inquiridos que indicassem os três principais problemas do Bairro da Arroja Velha. Observa-se que a maioria dos moradores (65%) aponta a falta de passeios públicos, jardins e espaços de esplanada, apenas 7% dos inquiridos indicam a falta de transportes públicos no bairro e 5% mostram-se insatisfeitos com o saneamento básico. De referir ainda que 6% dos inquiridos, o que corresponde a 10 respostas, apontou outros motivos, designadamente: o deficiente tratamento de lixo (3), o sentimento de insegurança e a ocorrência de assaltos (3), a ausência de um posto de polícia (1), o isolamento das casas (1), as dificuldades na legalização das construções (1) e a falta de locais de convívio para jovens, bem como para idosos (1).

Quando inquiridos acerca das duas principais iniciativas que possam melhorar o Bairro da Arroja Velha, 60% dos moradores indicaram a introdução de um equipamento de utilização coletiva e a construção de passeios públicos, sendo que 17% dos inquiridos referiram ainda o aumento do número de lugares de estacionamento públicos.

De forma a perceber qual o programa mais indicado a desenvolver no Centro Comunitário da Arroja que se propõe, e tirando partido do envolvimento dos moradores neste processo, solicitou-se também aos inquiridos que apontassem três funções que consideram fundamentais a incluir neste equipamento. A maioria dos inquiridos ( $\approx 74\%$ ) indica o centro de dia, as hortas comunitárias e a cantina comunitária. De referir que cerca de 11% apontam, ainda, o ATL e cerca de 10% pretendem uma biblioteca. A inclusão de uma cafetaria, sendo que o bairro se encontra relativamente bem servido deste tipo de estabelecimento, foi apenas apontada por cerca de 4% dos inquiridos. Porém, foi perceptível, não só pelos resultados dos inquéritos já apresentados, como através de conversas informais com alguns moradores, que os cafés são fundamentalmente frequentados por homens e evitados pelas mulheres, sobretudo entre as pessoas mais idosas.

O Centro Comunitário da Arroja, que se propõe como elemento integrador e nuclear na proposta projetual para a zona, será responsável pela gestão e promoção de uma lógica de produção, divulgação e comercialização de bens e alguns serviços de proximidade. Para tal, é fundamental, não só conhecer o bairro e os seus residentes, como também perceber qual pode vir a ser o seu papel na implementação e continuidade deste equipamento, designadamente apreender o potencial de revitalização socioeconómica associado à utilização de saberes dos residentes, de “skills” específicos para a produção de bens e serviços únicos, nomeadamente no que se refere a

atividades artesanais e à prestação de pequenos serviços de proximidade, bem como para a produção da pequena agricultura, num contexto de hortas urbanas.

Neste sentido, os moradores foram questionados acerca de possíveis conhecimentos, saberes ou disponibilidade para a prestação de pequenos serviços de proximidade e, de facto, a maioria dos inquiridos (55%) respondeu afirmativamente, apontando conhecimentos muito diversificados, em diferentes áreas. Destacam-se, assim, as atividades artesanais, como produção de artigos em renda ou bordados (30%) e as atividades agrícolas (15%), seguidas da manutenção de viaturas (10%), construção (10%), costura (10%) e disponibilidade para fazer visitas e fazer companhia a pessoas que residem sozinhas (7,5%). De referir, ainda, os conhecimentos sobre canalização (5%), eletricidade (5%), pinturas e bricolage (5%) e a prestação de serviços de transporte pelos residentes (2,5%).

Acrescente-se que através de conversas informais com os moradores acerca da possível implementação desta iniciativa no Bairro da Arroja Velha, foi perceptível o seu entusiasmo e disponibilidade de adesão. Neste sentido, interessa disponibilizar no programa para o Centro Comunitário da Arroja que se propõe, um conjunto de hortas urbanas para a produção agrícola, espaços de trabalho para o desenvolvimento de projetos artesanais, bem como um banco de pequenos serviços de proximidade, a funcionar segundo a lógica do Banco do Tempo (referência apresentada no segundo capítulo da presente dissertação), em que, através da gestão do tempo de cada membro, é possível criar um sistema de entreaajuda baseado na troca de serviços.

A introdução do conceito de “hortas urbanas”, na lógica do centro comunitário que se propõe, tem em conta, para além da importância da ligação à terra para esta população que, em grande parte, tem origens rurais, a componente de lazer que lhe está associada e ainda a procura de sustentabilidade, ao nível da produção para consumo próprio, do desenvolvimento de uma economia de pequena escala e de trocas com base na reciprocidade de serviços/produtos, o que se torna pertinente num contexto de restrição económica e financeira nacional e de perda de poder de compra que afeta, sobretudo os reformados.

De facto, como já foi referido no terceiro capítulo da presente dissertação, as hortas urbanas surgem como “complemento económico ao orçamento familiar e, em alguns casos, como forma de substituição, em meio urbano, de um modo de vida rural (...)” (Castro *et al.* 2000: 95).

Quando inquiridos acerca da eventual introdução de hortas comunitárias no Bairro da Arroja Velha, 80% dos moradores afirmam que gostaria de ver disponibilizadas parcelas de hortas urbanas para a produção agrícola por parte dos residentes. Os inquiridos justificam o interesse por esta



prática, fundamentalmente por constituir um meio de autoabastecimento, mas também por se tratar de uma forma de lazer e ocupação de tempo.

De referir que, apesar de a maioria dos inquiridos ( $\approx 68\%$ ) afirmar não possuir atualmente uma horta, cerca de 53% revelam já ter tido um espaço deste tipo no passado. Este facto prende-se com as origens rurais de grande parte da população.

Apesar de o papel da agricultura já não ser dominante neste território, hoje em dia é ainda possível observar a existência de pequenas hortas no interior deste bairro. De facto, cerca de 32% dos inquiridos afirmaram possuir atualmente uma horta. Este dado traduz também o interesse dos residentes em reabilitar esta prática e introduzi-la num contexto urbano. Tendo em conta os grupos sociais com fracas possibilidades de mobilização de recursos presentes neste bairro, pretende-se que esta seja uma prática sustentável ao nível da redinamização socioeconómica de pequena escala, que se pretende introduzir na esfera de atuação do centro comunitário que se propõe para o Bairro da Arroja Velha.

## Capítulo 5. Quadro Operativo e Filosofia Projetual

Efetuada a necessária revisão bibliográfica, em que se procurou apresentar, de uma forma integrada, o estado dos conhecimentos sobre a problemática da construção clandestina, o tema do espaço público e suas vivências, bem como o fenómeno das hortas urbanas, e elaborado o diagnóstico que proporcionou um conhecimento mais aprofundando da diversidade sociocultural existente no Bairro da Arroja Velha, bem como do tipo de relações que se estabelecem entre os diferentes grupos de indivíduos e suas características principais; importa estabelecer, neste capítulo, um conjunto de considerações gerais de carácter operativo, sustentadas pela investigação efetuada, a aplicar no projeto que se propõe para o Centro Comunitário da Arroja. Da mesma forma, será apresentada a filosofia projetual que sustenta as opções do projeto.

### 5.1. Considerações Gerais de Carácter Operativo

O loteador clandestino, à exceção de estreitos arruamentos, aliena a totalidade das parcelas loteadas. Este facto, aliado à ambição quase única dos habitantes destes bairros em construir uma casa, não tendo em conta os valores da cidade, traduz-se, desde logo, numa carência de espaço público, de utilização coletiva, qualificado (Jorge, 2010:148-149). Esta situação é bem visível no Bairro da Arroja Velha.

Com a experiência de habitar nestes bairros, estes problemas tornam-se evidentes para quem neles habita. As três principais carências que os moradores identificaram, foram os jardins, os passeios públicos e os espaços de esplanada, o que reflete uma clara vontade de ver introduzidos, no Bairro da Arroja Velha, espaços públicos qualificados. Da mesma forma, quando inquiridos acerca de duas iniciativas que possam melhorar este bairro, 60% dos moradores indicaram a construção de passeios públicos e a introdução de um equipamento de utilização coletiva (cerca de 92% dos inquiridos expressaram esse desejo).

Tendo-se tornado evidente optar pela proposta da introdução de um centro comunitário neste bairro, considera-se igualmente fundamental delimitar um conjunto de considerações gerais de carácter operativo, a aplicar na componente prática do trabalho, que se sintetizam, grosso modo, em duas linhas de força: i) envolvimento da população em todas as fases do processo e ii) equipamento e espaços públicos qualificados e recetivos à apropriação.

### ***Envolvimento da População em Todas as Fases do Processo***

Para uma intervenção integrada, que simultaneamente tenha em conta as dimensões urbana, económica e social, é necessário pensar o espaço e os modos de vida da população, inserindo no habitat em construção: espaços de formação, espaços de trabalho, bem como espaços de convívio e implicando, em todas as fases do processo, a população, envolvendo-a nas tarefas que vão dando forma e conteúdo ao seu espaço (Guerra, 1994: 12-13).

Experiências já levadas a efeito, mostram como é possível alterar significativamente os mecanismos de apropriação do bairro e da cidade, quando a população se sente implicada (Guerra, 1994: 12-13). Quanto maior for a nossa influência sobre o espaço que habitamos, mais nos sentiremos emocionalmente envolvidos com ele e, conseqüentemente, estaremos dispostos a tratá-lo com mais atenção, cuidado e amor (Hertzberger, 1991: 170). De facto, se cada membro de uma população der o seu contributo na criação do ambiente que habita, melhor se conseguirá identificar e relacionar com o mesmo. Assim, não só os espaços serão mais vividos pelos moradores, como serão mais preservados, sendo que o sentimento de apropriação e identificação leva também ao sentimento de responsabilidade face ao espaço.

Saliente-se, ainda, que neste bairro, em que alguns residentes confessaram informalmente ser responsáveis pela construção da sua própria casa, 10% dos inquiridos afirmaram possuir conhecimentos na área da construção e 15% nas áreas da canalização, eletricidade, pinturas ou bricolage. Neste sentido, a população do Bairro da Arroja Velha pode envolver-se neste projeto desde muito cedo, tal como aconteceu com a edificação do Museu em memória do *Apartheid*, na vila *Red Location*, em que muitos cidadãos fizeram parte da equipa de construção.

Neste sentido, a elaboração do projeto atendeu, não só à lógica de intervenção integrada apresentada por Isabel Guerra (1994), assente num pensamento conjunto entre o espaço e os modos de vida da população, mas também ao necessário envolvimento emocional realçado por Hertzberger (1991), bem como às boas experiências que serviram de referência e aos conhecimentos evidenciados pela população. É essencial para este processo de envolvimento dos moradores, que estes estejam presentes em todos os momentos decisivos, desde o projeto à conclusão da obra, e que no centro comunitário proposto se prevejam espaços que potenciem a sua apropriação: espaços de formação, onde podem realizar-se *workshops* sobre temas de interesse para os moradores, desde trabalhos manuais a atividades agrícolas, que podem ser postas em prática nas hortas urbanas de carácter comunitário previstas no projeto, numa lógica intergeracional e promovendo sempre o envelhecimento ativo, tendo em conta a forte tendência para o envelhecimento que a população

revela. Prevê-se a disponibilização de espaços de trabalho, onde se podem desenvolver projetos artesanais, como renda, bordados ou costura, ou podem ser prestados pequenos serviços de proximidade, com base em diversos conhecimentos e saberes revelados pela maioria (55%) dos inquiridos, que podem ser transacionados através do Banco do Tempo, que se propõe integrar na lógica deste equipamento. Serão também concebidos e disponibilizados espaços de convívio para a realização de atividades desportivas e outras atividades de lazer.

### ***Equipamento e Espaços Públicos Qualificados e Recetivos à Apropriação***

O automóvel, elemento primordial no desenho das cidades modernas, exerce um forte impacto sobre os espaços urbanos, na medida em que limita e, por vezes, impossibilita o desenrolar de atividades no exterior. De facto, os utilizadores do espaço público, deparados com uma série de obstáculos que não permitem uma circulação pedonal agradável ou tranquila, perdem a vontade de sair de casa para um simples passeio ou de deixar os seus filhos brincar nas ruas, temendo pela sua segurança (Chemayeff e Alexander, 1979: 88). Ao limitar estas atividades, limita-se também o desenvolvimento de relações sociais, uma vez que as atividades de carácter social são fomentadas pela ocorrência de atividades necessárias, tais como ir para o trabalho ou ir às compras, e de atividades opcionais, tais como dar um passeio ou aproveitar um dia de sol, em espaços públicos com melhores condições (Gehl, 1987).

Neste sentido, tendo em conta que o espaço público do Bairro da Arroja Velha é profundamente desqualificado, refletindo uma clara prioridade do automóvel face o peão, sendo que a maioria das vias de circulação não possui sequer passeios, pretende-se, com o projeto proposto, promover a qualificação do espaço público, contribuindo, simultaneamente, para uma melhoria efetiva da circulação pedonal e a promoção de meios de deslocação alternativos, como a bicicleta. Reforçam-se as condições de segurança para o peão, oferecendo-lhe circuitos alternativos, afastados da circulação automóvel. As opções projetuais tencionam, assim, criar as condições necessárias para atrair os moradores deste bairro para o espaço exterior, melhorando as possibilidades de encontro entre as pessoas, contribuindo para o fomento das relações sociais e para a melhoria da sua qualidade de vida.

Por outro lado, de forma a criar espaços de utilização coletiva qualificados, que se apresentem recetivos à apropriação, é necessário pensar na sua forma física, enquanto instrumento capaz de oferecer diversas possibilidades de utilização e de apropriação, por parte do seu utilizador. Deve conferir-se aos espaços uma forma tal, que provoque um sentido de pertença face aos mesmos,

contendo o potencial necessário à acomodação por parte dos seus utilizadores. Para contribuir para um aumento significativo da qualidade dos espaços públicos deve, ainda, procurar diluir-se os limites entre o domínio público e o privado, expandindo este para o exterior (Hertzberger, 1991).

Neste sentido, no projeto para o Centro Comunitário, propõe-se a introdução de espaços flexíveis, sem usos demasiado específicos, que possam funcionar de diversas formas, consoante as necessidades dos seus utilizadores, evitando uma lógica demasiado restritiva. Este projeto procura afastar-se do funcionalismo extremo, rígido e inflexível, criando, em alternativa, as condições necessárias ao desenvolvimento de diversas atividades e diferentes interpretações na utilização, não só no espaço em si, mas também na sua adaptação ao fator tempo e às necessidades de uma população em mudança. Desta forma, pretende-se contribuir para a criação de espaços recetivos à apropriação e à identificação por parte dos seus utilizadores, que sejam vividos pelos moradores e, consequentemente, preservados numa lógica de presente e futuro.

## **5.2. Filosofia Projetual**

Definidas as considerações gerais de carácter operativo a aplicar na componente prática deste trabalho, neste ponto vão expor-se as opções de projeto mais concretas, desde a descrição do plano urbano, que sustenta a introdução do equipamento público - o Centro Comunitário da Arroja, à sua caracterização formal e funcional. Após aprofundado o conhecimento acerca das necessidades, características e modos de vida da população do Bairro da Arroja Velha, descrever-se-ão as opções projetuais que procuram contribuir para a concretização de objetivos traçados, com realce para a promoção da coesão social, o fomento das sociabilidades ou a criação de um espírito de bairro.

### ***Problemática e Objetivos***

As principais questões que se levantam na área onde se insere a proposta de intervenção, estão relacionadas com a falta de integração entre as diferentes realidades verificadas, quer a nível do tecido urbano fragmentado e desordenado, quer a nível social, sendo que, apesar do sentido de identidade bairrista bem sedimentado na memória coletiva, as relações estabelecidas pela população do Bairro da Arroja Velha com pessoas que residem fora do mesmo, são quase inexistentes.

Identificam-se também questões relacionadas com as acessibilidades, com uma clara primazia do automóvel sobre o peão, o que origina a falta de percursos pedonais, bem como de espaço

público qualificado, gerador de vivências. Para esta questão contribui negativamente a topografia acidentada do local, que dificulta significativamente a mobilidade.

Por último, salienta-se a carência de estacionamento, que resulta num estrangulamento das vias atuais, e a linha de água, desrespeitada e desaproveitada.

Face aos problemas detetados, os objetivos gerais para a intervenção proposta assentam em soluções no campo da arquitetura que sejam integradoras e inclusivas, promovendo a coesão social e o bem estar. De facto, interessa chegar a uma lógica de bairro integrado em que se proporcionem relações de vizinhança e onde cada utilizador se identifique com o ambiente em que habita. Pretende-se desenvolver uma proposta de revitalização do tecido urbano do Bairro da Arroja Velha, indicando soluções para a melhoria do ambiente urbano e consequente atenuação da imagem negativa associada a áreas urbanas de génese ilegal, promovendo a sua integração na cidade de Odivelas. A orografia problemática deste território leva ainda a uma especial atenção no tratamento da temática das mobilidades, nomeadamente as “acessibilidades”, em particular no que se refere à promoção dos modos suaves (bicicletas, mobilidade pedonal, etc.).

### ***Princípios do Plano Urbano***

O gesto projetual que deu origem ao plano urbano desenvolvido visa promover a articulação entre as diferentes malhas urbanas que caracterizam este território, localizando-se num ponto estratégico que é confrontado por diferentes realidades: a urbanização das Colinas do Cruzeiro, bem como o complexo desportivo de Odivelas, a poente; a ribeira de Odivelas, que funciona como limite da zona histórica da cidade, a nascente, e o Bairro da Arroja Velha, a norte. Este plano urbano prevê a criação de percursos pedonais e de uma ciclovía entre os limites da intervenção, desde a zona ribeirinha à zona da AUGI, promovendo a sua integração na cidade. Propõe-se ainda a introdução de hortas urbanas, de carácter comunitário, junto à linha de água do Bairro da Arroja Velha, a funcionar de forma integrada com o centro comunitário proposto, nomeadamente através do fornecimento de produtos para a cozinha da cantina.

O Centro Comunitário da Arroja que se propõe localiza-se, pois, em Odivelas, na zona da Arroja. De uma forma mais específica, pretende-se intervir num ponto estratégico para a revitalização do tecido urbano, que a nascente se confronta com a rua Dr. Fernando Valle, a partir da qual se estrutura linearmente o Bairro da Arroja Velha, e a poente se depara com a rua da Bela Vista e com a Rua dos Moinhos, fortemente marcada pela presença de um armazém de importação e exportação de utensílios de vidro.

Tendo em conta que o local afeto à proposta se encontra envolvido por zonas com malhas urbanas muito diversificadas, impõe-se o desafio de que este equipamento se torne num elemento integrador destas diferentes realidades, capaz de as "coser" e tornar possível uma leitura de continuidade de espaços públicos qualificados.

Figura 13 – O Centro Comunitário da Arroja e o Plano Urbano



### ***O Centro Comunitário da Arroja***

O centro comunitário proposto pretende contribuir para a qualificação do espaço público do Bairro da Arroja Velha, que carece de estruturas funcionais capazes de motivar a permanência dos seus habitantes, desenvolvendo o potencial deste novo equipamento na qualificação dos espaços de utilização coletiva e da imagem urbana do bairro.

O projeto para o Centro Comunitário da Arroja proposto, equipamento que pretende funcionar como ponto de encontro entre os residentes do bairro e das áreas contíguas, oferecendo um espaço à comunidade onde as relações sociais e o sentido de bairro se poderão reforçar, procura assegurar a sua integração na envolvente, respeitando a altura dos edifícios contíguas e insinuando-se pontualmente, de forma a promover a sua visibilidade a partir de pontos estratégicos.

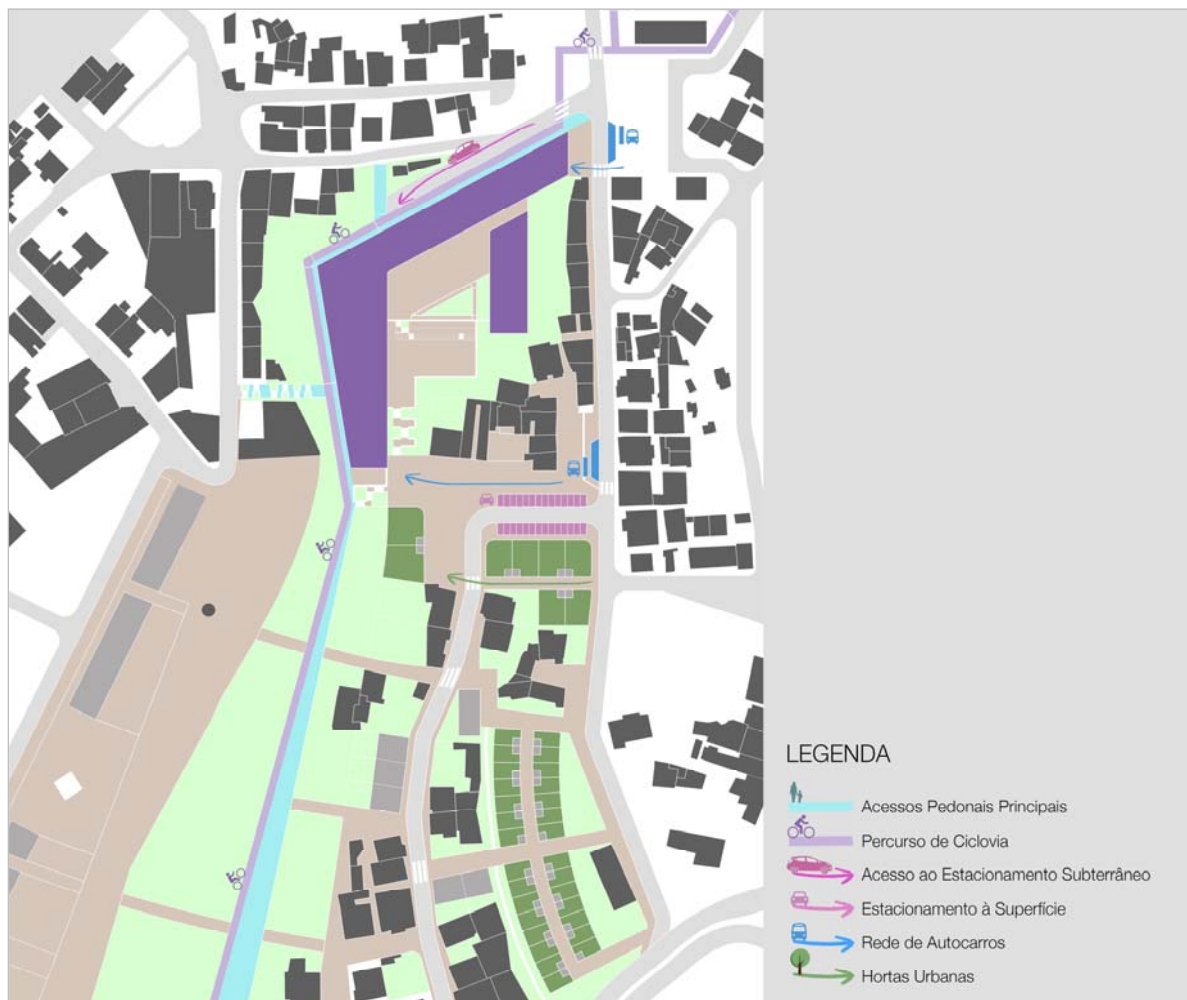
Neste sentido, este equipamento, integra dois volumes visivelmente distintos, que têm ligação através do nível inferior, parcialmente enterrado. O primeiro, de maior dimensão e que se desenvolve em “l” entre dois pontos fundamentais de fluxos pedonais, funciona em dois níveis e o segundo, com três níveis, e significativamente menor, fecha o conjunto edificado, completando a forma global em “u”. A forma que o conjunto edificado adota permite a criação de duas praças exteriores centrais, em dois níveis, cuja ligação é feita através de um anfiteatro exterior. Dispõem de exposição solar privilegiada e garantem boas condições de luz nos principais espaços do equipamento. Por outro lado, a criação de uma galeria coberta ao nível da praça superior garante a necessária proteção contra condições climatéricas adversas, protegendo da chuva e assegurando boas condições de sombreamento nos espaços mais expostos.

No que se refere à questão dos acessos pedonais e rodoviários, destacam-se dois pontos-chave na concentração de fluxos, entre os quais se desenvolve o volume mais alongado do conjunto edificado. O primeiro encontra-se junto ao principal eixo rodoviário do Bairro da Arroja Velha e da paragem de autocarros a remodelar e dignificar, servindo como de um dos pontos de entrega ou estacionamento de bicicletas. Nesta extremidade do equipamento, encontra-se uma das entradas pedonais para o Centro Comunitário, onde se propõe a introdução de um pequeno café com valências de quiosque, que apoia a paragem de autocarros e pretende criar um espaço de chegada, gerador de vivências de bairro. O segundo ponto-chave encontra-se junto ao culminar do principal percurso pedonal e ciclável, com origem na zona ribeirinha, e integra a entrada principal deste equipamento. Para além destes pontos principais, propõe-se a criação de dois outros acessos



pedonais, garantindo o acesso através de todas as ruas que confluem a este equipamento. O acesso rodoviário ao estacionamento subterrâneo é feito através da rua Dr. Fernando Valle.

Figura 14 – Fluxos e Acessos



No que se refere à organização geral deste equipamento, no nível 0, funciona: o átrio principal, encontrando-se no culminar do principal percurso pedonal desenvolvido no plano urbano; três salas polivalentes agregáveis, onde podem realizar-se pequenos espetáculos, *workshops*, feiras ou exposições, e que se podem abrir para a praça adjacente, diluindo os limites entre o interior e o exterior; o estacionamento, o único espaço parcialmente subterrâneo do conjunto edificado, com acessos públicos e de serviço aos diferentes pontos do centro comunitário; a sala de descanso do pessoal; vestiários e balneários para os funcionários da cantina comunitária, dimensionados de forma a dar resposta a outras solicitações, e arrecadações diversas, entre as quais uma com acesso pelo exterior, para armazenamento de produtos provenientes das hortas, utilizáveis na confeção de refeições na cantina comunitária ou para comercializar em feiras semanais.

No nível 1, funciona: a cantina comunitária, que incorpora um espaço de cafetaria; os principais espaços de convívio deste centro, designadamente uma sala de estar, uma sala de atividades ocupacionais (pintura, escultura, etc.), uma sala de movimento (ginástica ou fisioterapia), uma sala de cuidados de estética e uma zona de leitura e acesso à internet; espaços de trabalho ou de loja agregáveis, individuais ou duplos, destinados à produção de artigos artesanais pelos utilizadores e/ou à comercialização de produtos por pequenos comerciantes locais, e uma loja geral que organiza a comercialização dos produtos manufaturados pelos utilizadores do centro nos seus espaços de trabalho e onde funciona o balcão do Banco do Tempo, em que são trocados pequenos serviços de proximidade.

Finalmente, no nível 2, funciona: a administração do Centro Comunitário da Arroja; a lavandaria; a área de repouso, e a área de serviços de saúde, em que um médico e/ou um enfermeiro acompanham a saúde dos utilizadores do centro, através de consultas e prestação de cuidados médicos e de enfermagem recorrentes.

Este centro comunitário organiza-se ainda de forma a garantir o funcionamento independente dos espaços de serviço, designadamente: a área de repouso e higiene do pessoal, a cozinha, a lavandaria e as arrecadações.

Figura 15 – Organização Geral do Equipamento

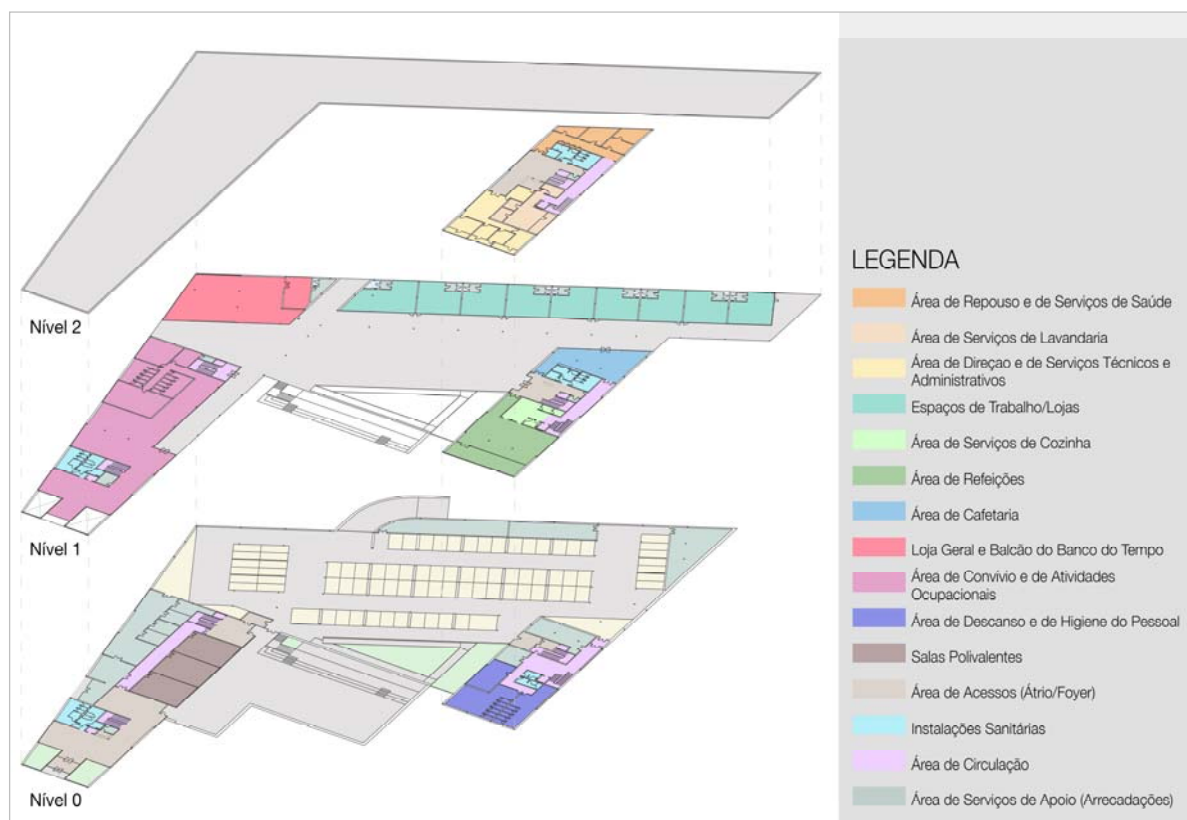
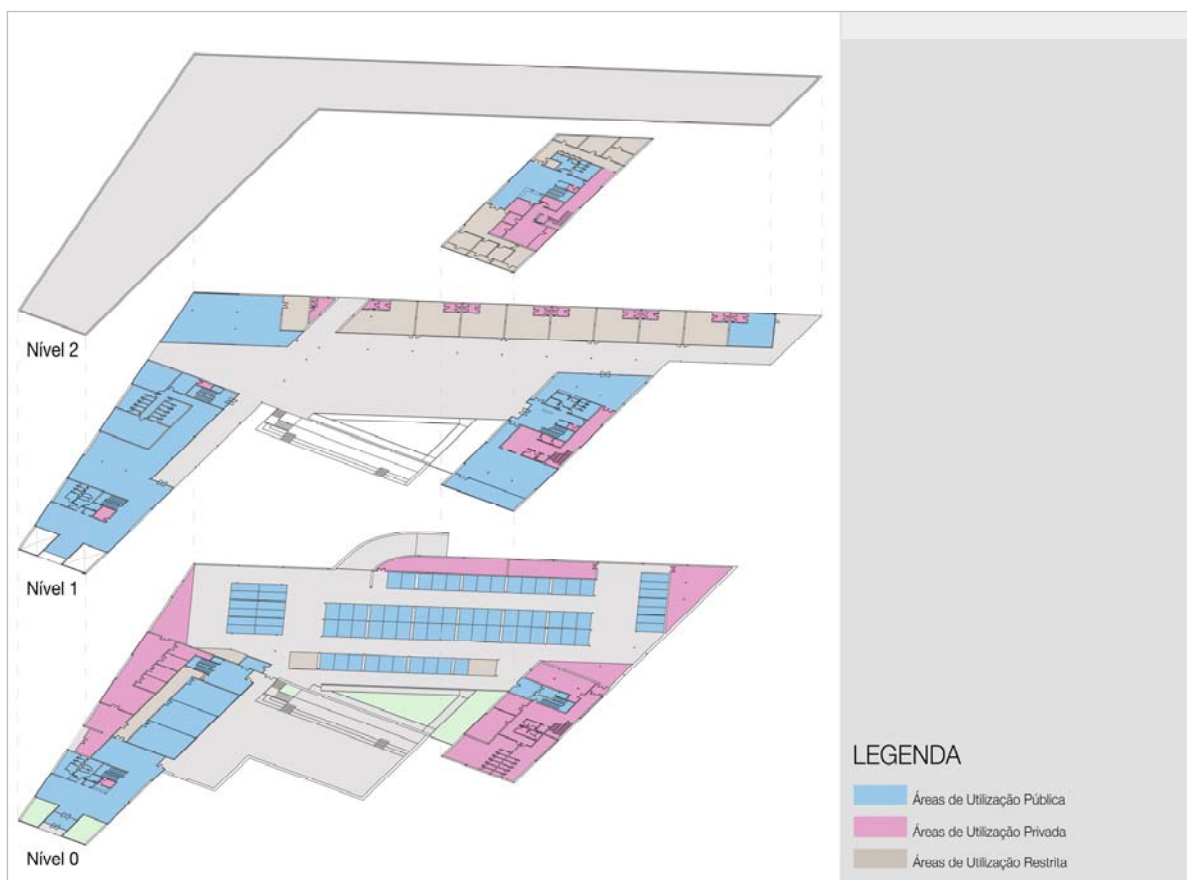


Figura 16 – Relações Público/Privado



Quanto à materialização do projeto, defende-se a utilização de materiais da região e de técnicas de construção simples, de modo a favorecer o envolvimento da população na construção deste equipamento. A estrutura resistente será em betão armado e as paredes divisórias principais em alvenaria de tijolo. A compartimentação mais fina será assegurada por painéis amovíveis, simplificando as necessárias adaptações que este equipamento sofrerá ao longo da sua vida. A escolha dos materiais de revestimento deverá ter em conta a sua simplicidade, resistência e durabilidade, de forma a facilitar a futura manutenção do edifício, de modo a que os habitantes se possam responsabilizar pela mesma.

## Conclusões

Face à pergunta de partida que se delineou: “de que modo a escassez de equipamentos e espaços públicos condiciona as sociabilidades entre os residentes do Bairro da Arroja Velha?”, concluiu-se, com esta investigação, que a carência de espaço público qualificado, característica comum às áreas urbanas de génese ilegal, incluindo a analisada, limita, de forma evidente, o desenvolvimento das relações sociais.

Constatou-se ainda, que as hipóteses inicialmente delineadas, após testadas no âmbito desta investigação, se revelaram pertinentes.

Com efeito, no que se refere aos locais de convivência entre os moradores deste bairro, a rua foi o mais apontado pelos moradores inquiridos no âmbito desta investigação, porém, estes também indicaram que tal convivência ocorre sobretudo à porta de casa, devido à ausência de espaços públicos qualificados. Os cafés foram também mencionados, mas sobretudo pela população masculina, uma vez que muitas mulheres evitam frequentar estes espaços. Quando inquiridos acerca da introdução de um equipamento de utilização coletiva, os moradores revelaram-se recetivos à iniciativa e mostraram agrado face à eventual criação de um centro comunitário no seu bairro, enquanto local de convivência, de encontro e dotado de várias valências ajustadas às suas necessidades e expectativas.

Perante um território que incorpora realidades diversificadas, quer a nível do tecido urbano fragmentado e desordenado, quer a nível social, e para uma intervenção urbana e arquitetónica consciente e eficaz, estabeleceram-se objetivos que assentam em soluções no campo da arquitetura, que sejam integradoras e inclusivas, promovendo a coesão social, fomentando as sociabilidades e contribuindo para a criação de um espírito de bairro.

Neste sentido, de forma a alcançar uma lógica de bairro integrado em que se proporcionem relações de vizinhança e onde cada utilizador se identifique com o ambiente em que habita, apropriando-se quer do espaço privado da sua casa, quer dos espaços públicos, quer ainda do bairro na sua globalidade, propõe-se a introdução do Centro Comunitário da Arroja, contando com o envolvimento da população em todas as fases do processo, dando o seu contributo na construção e nas vivências futuras, promovendo assim a sua apropriação e preservação.

Este projeto adota ainda uma estratégia de dinamização económica, assente em 3 eixos: hortas urbanas, atividades artesanais e prestação de pequenos serviços de proximidade pelos residentes, apoiada neste equipamento de utilização pública. Para além de potenciar as relações

sociais entre os residentes e o consequente surgimento de um espírito de bairro, contribuirá ainda para a revitalização socioeconómica do Bairro da Arroja Velha.

O processo de desenvolvimento deste projeto, que assentou em diferentes abordagens, de carácter teórico e prático, permite criar expectativas positivas em relação aos objetivos iniciais traçados. No entanto, a consciência de que a realidade, dinâmica por natureza, não é perceptível em todas as suas dimensões, levou a que se introduzisse neste projeto, uma lógica de flexibilidade capaz de se adaptar, não só às mudanças naturais que o tempo traz, mas também a acertos que venham a revelar-se necessários, por algum aspeto da realidade que não tenha sido possível identificar, atendendo ainda à carência de informação disponível.

Este trabalho, ao implicar o estudo do tema AUGI, permitiu uma compreensão mais aprofundada deste fenómeno e do papel da arquitetura na resolução dos problemas específicos destas áreas, com uma expressão territorial significativa.

Ressalta ainda a percepção de que este fenómeno levanta diversos problemas, de resolução longa e complexa, para a qual interessa congregar todos os esforços dos diversos intervenientes, pretendendo esta dissertação, ao sistematizar informação e aprofundar um estudo de caso - o Bairro da Arroja Velha, constituir um pequeno contributo para a desejável qualificação física e socioeconómica, necessárias à elevação dos padrões de qualidade de vida nas Áreas Urbanas de Génese Ilegal.



## Referências Bibliográficas

### Publicações

Santos, Ana Isabel (2008), *Construção Urbana de Origem Ilegal, Capital Social e percepção de problemas*. Tese de Mestrado, ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa;

Lobo, Manuel Costa (1989), O loteamento clandestino e a forma de o encarar numa prática correcta de planeamento urbanístico. In: *Encontros sobre construção clandestina I*, Ministério do Planeamento e Administração do Território, 19-34;

Ferreira, António Fonseca et al. (1985), *Perfil Social e Estratégias dos “clandestinos”: Estudo sociológico da habitação clandestina na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia do ISCTE;

Salgueiro, Teresa Barata (1977), Bairros Clandestinos na Periferia de Lisboa, In: *Finisterra Revista Portuguesa de Geografia*, XII, 23, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos das Universidades de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 28-47;

Pinto, Teresa Costa (1998), Modelos de habitat, modos de habitar: o caso da construção clandestina do habitat. In: *Sociedade e Território*, n.º 25/26, Porto, Afrontamento, 32-44;

Jorge, Sílvia Branco (2011), Qualificação do espaço público de loteamentos de génese ilegal na Grande Área Metropolitana de Lisboa. In: Bógus, Lúcia; Raposo, Isabel; Pasternak, Suzana (orgs.), *Da irregularidade fundiária urbana à regularização: análise comparativa Portugal-Brasil*. São Paulo: EDUC, editora da PUC-SP, 143-159;

Castro, Alexandra (2002), Espaços públicos, coexistência social e civilidade: contributos para uma reflexão sobre os espaços públicos urbanos. In: *Cidades - Comunidades e Territórios*, Lisboa, CET - Centro de Estudos Territoriais, 53-67;

Lefebvre, Henri (1968), *La vie quotidienne dans le monde moderne*, Paris: Gallimard, Collection "Idées";

Chemayeff, Serge e Alexander, Christopher (1970) *Community and privacy*, versão consultada: *Comunidad y privacidad – Hacia una nueva arquitectura humanista*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión;

- Gehl, Jan (1987) *Life Between Buildings – Using Public Space*. New York: Van Nostrand Reinhold;
- Zepf, Marcus (2001), Les paradigmes de l'espace public. In: Toussaint, Jean-Yves; Zimmermann, Monique, (org.) *User, observer, programmer et fabriquer l'espace public*, Lausanne : Presses Polytechniques et Universitaires Romandes;
- Pipard, O. e Grané, Jean (2001), L'expérience de l'observation en bureau d'études. In: Toussaint, Jean-Yves; Zimmermann, Monique, (org.) *User, observer, programmer et fabriquer l'espace public*, Lausanne : Presses Polytechniques et Universitaires Romandes;
- Guerra, Isabel (1994) As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas. In: *Sociedade e Território*, nº 20, Porto, Afrontamento, 11-26;
- Hertzberger, Herman (1991), *Lessons for Students in Architecture*, Rotterdam: 010 Publishers;
- Castel' Branco, Isabel e Saraiva, Maria da Graça (1985), As Hortas Urbanas em Lisboa. In: *Sociedade e Território* nº 3, Porto, Afrontamento, 100-107;
- Matos, Maria João (2012), Nature and the landscape of informal spaces. A new urban paradigm?, *Actas do seminário internacional Ambivalent Landscapes - Sorting out the present by designing the future*, Public Spaces – Urban Cultures Conference Lisbon, 6th and 7th December 2012, FAUTL;
- Ferreira, Vitor Matias; Castro, Alexandra (2000), Espaços públicos e verde urbano de Lisboa: um estudo de caso sobre ambiente urbano. In: *Cidades - Comunidades e Territórios*; Lisboa: CET - Centro de Estudos Territoriais, 85-100;
- Telles, Gonçalo Ribeiro (1998), Dez Medidas Concretas para Tornar as Cidades Sustentáveis, In: *Revista O Consumidor*, n.º 72, p. 28;
- Girardet, Herbert (2007), *Criar Cidades Sustentáveis*. Águas Santas: Edições Sempre-em-Pé;
- Santos, Flávia (2012), *Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária - Participação e Desenvolvimento: dois casos de estudo*. Tese de Mestrado, Lisboa: ISCTE – IUL;
- Guerra, Isabel et al. (1996) Apropriação do alojamento e modos de vida: “clandestinos” e “legais”. In: APS (ed.) *III Congresso de Sociologia Práticas e Processos da mudança social*. Lisboa, APS, disponível em: [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR492ac7f404e46\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR492ac7f404e46_1.pdf).



## Websites

Noero Architects,

<http://www.noeroarchitects.com/red-location-museum/>,

consultado em 3 de Setembro de 2012

Cynthia Cohen,

[http://www.cynthiacohen.com.ar/Proyecto\\_31Carlos\\_Mugica.pdf](http://www.cynthiacohen.com.ar/Proyecto_31Carlos_Mugica.pdf),

consultado em 3 de Setembro de 2012

Moinho da Juventude,

<http://www.moinhodajuventude.pt/index.php/pt/moinho>,

consultado em 27 de Setembro de 2012

Banco do Tempo,

[http://www.bancodetempo.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=47&Itemid=53](http://www.bancodetempo.net/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=53),

consultado em 29 de Dezembro de 2012

Grupo Comunitário da Alta de Lisboa,

<http://grupocomunitarioalta.wordpress.com/missao-e-visao/>,

consultado em 16 de Janeiro de 2013

Horta do Monte,

<http://hortadomonte.blogspot.pt/2013/01/projecto-comunitario.html>,

consultado em 4 de Março de 2013